



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, outubro/2010

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Machado

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

SECRETÁRIO-ADJUNTO

André Luiz Barreto de Paiva Filho

CHEFE DE GABINETE

Lindemberg de Lima Bezerra

SUBSECRETÁRIOS

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Líscio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Felipe Palmeira Bardella

EQUIPE

Andresa Costa Biason

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Heliane Bertulucci Fernandes

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Jeanne Vidal de Araujo

Renato Nogueira Starling

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel.: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 16, n. 9 (set. 2010). – Brasília : STN, 1995_.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.

1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O resultado primário do Governo Central em setembro foi superavitário em R\$ 26,1 bilhões, contra R\$ 4,0 bilhões em agosto. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 35,2 bilhões e o Banco Central com R\$ 13,6 milhões. A Previdência Social (RGPS), por outro lado, apresentou déficit de R\$ 9,2 bilhões.

O resultado primário do Governo Central em setembro de 2010 foi superavitário em R\$ 26,1 bilhões, contra R\$ 4,0 bilhões em agosto.

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 2009-2010**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	AGO 2010	SET 2010	JAN-SET 2009 2010	
I. RECEITA TOTAL	69.809,4	139.224,7	516.007,1	676.677,5
I.1. Receitas do Tesouro	52.281,3	121.831,7	389.699,8	528.962,4
I.1.1. Receita Bruta (1)	54.210,5	122.979,1	397.683,8	538.803,1
I.1.1.1. Impostos	23.030,2	22.768,8	183.316,0	211.513,5
I.1.1.2. Contribuições	19.766,3	20.343,1	150.775,7	178.365,1
I.1.1.3. Demais	11.414,1	79.867,2	63.592,2	148.924,5
<i>d/q Cessão Onerosa Exploração de Petróleo</i>	0,0	74.807,6	0,0	74.807,6
I.1.2. (-) Restituições	-1.929,2	-1.147,4	-7.929,2	-9.742,1
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-54,8	-98,6
I.2. Receitas da Previdência Social	17.330,6	17.127,5	124.743,5	145.960,9
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	16.904,0	16.715,7	121.390,2	142.467,8
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	426,6	411,8	3.353,4	3.493,2
I.3. Receitas do Banco Central	197,5	265,5	1.563,7	1.754,2
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	12.008,1	9.880,7	90.664,5	99.610,6
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (II-I)	57.801,3	129.343,9	425.342,5	577.066,9
IV. DESPESA TOTAL	53.800,9	103.287,5	409.724,5	521.360,0
IV.1. Despesas do Tesouro	30.771,6	76.716,9	244.280,4	333.473,4
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	12.904,9	12.914,4	109.636,7	119.798,0
IV.1.2. Custeio e Capital	17.763,9	63.670,5	133.814,4	212.761,9
IV.1.2.1. <i>Despesa do FAT</i>	3.323,8	2.727,8	20.717,4	22.390,3
IV.1.2.2. <i>Subsídios e Subvenções Econômicas (3)</i>	374,7	510,1	2.544,2	6.303,0
IV.1.2.3. <i>Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)</i>	1.869,8	1.873,1	14.041,9	16.546,4
IV.1.2.4. <i>Capitalização da Petrobras</i>	0,0	42.927,8	0,0	42.927,8
IV.1.2.5. <i>Outras Despesas de Custeio e Capital</i>	12.195,6	15.631,7	96.510,8	124.594,4
IV.1.2.5.1. <i>Outras Despesas de Custeio</i>	9.374,7	11.384,6	75.943,8	92.381,8
IV.1.2.5.2. <i>Outras Despesas de Capital</i>	2.821,0	4.247,2	20.567,0	32.212,6
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	102,8	132,0	829,4	913,5
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	22.746,2	26.318,7	163.477,5	185.728,9
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	17.672,8	21.299,6	130.819,7	148.399,6
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	5.073,4	5.019,1	32.657,8	37.329,2
IV.3. Despesas do Banco Central	283,0	251,9	1.966,5	2.157,7
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	4.000,4	26.056,5	15.618,0	55.706,9
VI.1. Tesouro Nacional	9.501,5	35.234,1	54.754,9	95.878,3
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-5.415,6	-9.191,1	-38.734,0	-39.767,9
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	-768,8	-4.583,8	-9.429,5	-5.931,8
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-4.646,8	-4.607,3	-29.304,4	-33.836,1
VI.3. Banco Central (6)	-85,5	13,6	-402,9	-403,5
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			0,68%	2,14%

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO JAN-SET %		
DISCRIMINAÇÃO	09/08	10/09
Receitas	-1,9%	31,1%
Tesouro	-5,3%	35,7%
Previdência	10,0%	17,0%
Transferências	-3,7%	9,9%
Receita Líquida	-1,6%	35,7%
Despesas	16,7%	27,2%
Benefícios	12,6%	13,6%
Pessoal	19,1%	9,3%
Custeio e Capital*	19,9%	59,0%
FAT	34,2%	8,1%
Subsídios	-12,3%	147,7%
LOAS/RMV	18,1%	17,8%
Outras	18,6%	29,1%
Custeio	20,2%	21,6%
Capital	12,7%	56,6%
PIB	3,0%	13,5%

* Inclui capitalização da Petrobras

Em setembro de 2010, as receitas e despesas do Tesouro Nacional foram impactadas pelas operações realizadas para a capitalização da Petrobras.

Relativamente à receita bruta do Tesouro Nacional, houve incremento de R\$ 68,8 bilhões (126,9%), passando de R\$ 54,2 bilhões em agosto para R\$ 123,0

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-SET (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Receita Total	516.007,1	676.677,5
Transferências	90.664,5	99.610,6
Receita Líquida	425.342,5	577.066,9
Despesa Total	409.724,5	521.360,0
Resultado Primário	15.618,0	55.706,9

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	AGO/10	SET/10
Constitucionais (IR/IPI/outros)	8.788,5	7.387,7
CIDE-Combustíveis	-	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	650,0
Demais	3.057,1	1.843,1
Total	12.008,1	9.880,7

Em setembro de 2010, as despesas com o PAC aumentaram R\$ 1,1 bilhão quando comparadas com o mês anterior.

bilhões em setembro. Essa evolução decorreu principalmente: i) do ingresso de R\$ 74,8 bilhões a título de cessão onerosa para exploração do petróleo; ii) do incremento da arrecadação de Cofins (R\$ 612,4 milhões), do PIS/Pasep (R\$ 238,0 milhões) e de outros impostos (R\$ 319,0 milhões), sendo esta última variação decorrente do pagamento da 1ª cota ou cota única do ITR referente ao ano calendário de 2009; iii) da queda de R\$ 6,8 bilhões no valor dos dividendos arrecadados; e iv) reduções das receitas decorrentes do IRPJ (R\$ 493,1 milhões) e da CSLL (R\$ 452,7 milhões).

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 9,9 bilhões em setembro, contra R\$ 12,0 bilhões no mês anterior, registrando redução de 17,7%. As transferências constitucionais totalizaram R\$ 7,4 bilhões, com decréscimo de 15,9% frente a agosto, reflexo da menor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI) especialmente no terceiro decêndio de agosto, que repercute nas transferências de setembro. As demais transferências diminuiram R\$ 1,2 bilhão, o que é explicado, em parte, pela diminuição de R\$ 1,3 bilhão nos repasses de *royalties*, reflexo do recolhimento trimestral apurado pela União em julho, transferido em agosto e sem correspondente em setembro. Os repasses referentes à Lei Complementar nº 115/2002 apresentaram-se R\$ 487,5 milhões superiores ao mês anterior. Esse comportamento se explica pelo auxílio financeiro para fomento às exportações, em igual valor, transferido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios em setembro com base na Medida Provisória nº 501/2010.

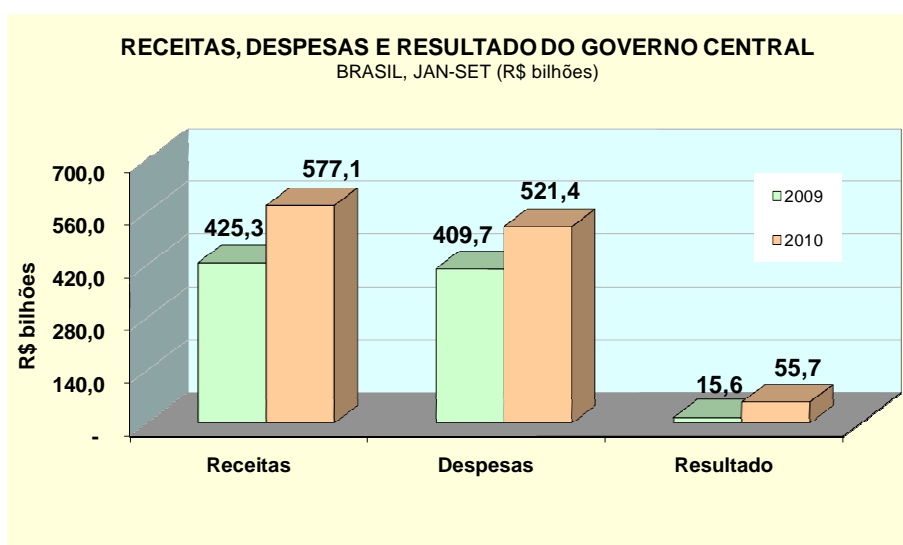
Do lado dos dispêndios, verificou-se no mês aumento de R\$ 45,9 bilhões (149,3%) nas despesas do Tesouro Nacional em relação a agosto. Desse crescimento, R\$ 42,9 bilhões (93,4%) reflete a despesa com a operação de capitalização da Petrobras. Entre as demais variações, houve crescimento de R\$ 1,1 bilhão nos investimentos do PAC (R\$ 2,4 bilhões em setembro contra R\$ 1,3 bilhão no mês anterior). Os gastos com pessoal e encargos sociais se mantiveram no patamar de R\$ 12,9 bilhões e as despesas discricionárias atingiram R\$ 11,9 bilhões, registrando crescimento de R\$ 2,6 bilhões, com destaque para os aumentos dos gastos dos ministérios da Defesa (R\$ 371,2 milhões) e da Saúde (R\$ 240,0 milhões). As despesas do FAT reduziram R\$ 596,1 milhões, em função do menor desembolso com abono e seguro-desemprego em relação ao mês anterior. Esse desempenho observa o calendário de pagamento do abono salarial referente ao exercício 2010/2011 (julho/2010 a junho/2011), regulamentado pela Resolução Codefat nº 645, de 27 de maio de 2010.

A Previdência Social apresentou déficit de R\$ 9,2 bilhões, contra déficit de R\$ 5,4 bilhões apurado em agosto. A receita líquida do RGPS reduziu-se em R\$ 203,1 milhões, enquanto os benefícios previdenciários cresceram R\$ 3,6 bilhões. Esse resultado explica-se basicamente pelo pagamento antecipado de parcela do abono equivalente à gratificação natalina à maior parte dos segurados e dependentes da Previdência (Decreto 7.264/2010). Na segregação do resultado por clientela, a

parcela urbana do RGPS apresentou déficit de R\$ 4,6 bilhões no mês, contra R\$ 768,8 milhões em agosto. O déficit da parcela rural manteve-se no patamar de R\$ 4,6 bilhões.

No acumulado de janeiro a setembro, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 55,7 bilhões (2,14% do PIB), contra R\$ 15,6 bilhões (0,68% do PIB) registrados em igual período de 2009 (aumento de 1,46 p.p.). Em relação ao PIB, as receitas do Governo Central, líquidas de transferências aos Estados e Municípios, apresentaram elevação de 3,62 p.p, enquanto as despesas totais elevaram-se em 2,16 p.p.

No acumulado até setembro de 2010, o Governo Central apresentou superávit equivalente a 2,14% do PIB, 1,46 p.p. superior ao mesmo período de 2009.



A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 141,1 bilhões (35,5%) relativamente ao acumulado até setembro de 2009. Esse aumento é explicado, principalmente, pelas seguintes variações: i) ingresso de R\$ 74,8 bilhões relativos à cessão onerosa para exploração de petróleo; ii) incremento de R\$ 18,2 bilhões (22,1%) na Cofins e de R\$ 4,0 bilhões (18,0%) no PIS-Pasep, refletindo o crescimento no volume de vendas em 2010, a compensação de débitos ocorrida em 2009, e as desonerações concedidas no ano passado; iii) aumento na arrecadação do IPI (R\$ 6,9 bilhões), do IOF (R\$ 5,5 bilhões) e da CIDE-Combustíveis (R\$ 2,8 bilhões), refletindo alterações na legislação tributária e, adicionalmente, no caso da CIDE, a compensação de débitos ocorrida em 2009; iv) crescimento de R\$ 5,6 bilhões na arrecadação da cota-parte de compensações, explicado pela elevação do preço internacional do petróleo; v) aumento de R\$ 6,1 bilhões em Outras Receitas em consequência do ingresso de receitas do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 e do pagamento e parcelamento de que trata a Medida Provisória nº 470/2009.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, JAN-SET (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Tesouro Nacional	2,39%	3,68%
Previdência Social	-1,69%	-1,53%
Banco Central	-0,02%	-0,02%
Governo Central	0,68%	2,14%

As Transferências a Estados e Municípios apresentaram crescimento de R\$ 8,9 bilhões (9,9%) entre janeiro e setembro de 2010, frente a igual período de 2009. Os principais fatores explicativos dessa evolução são o incremento dos repasses de tributos compartilhados por União, Estados e Municípios (R\$ 5,2 bilhões) e os repasses de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural (aumento de R\$ 3,5 bilhões). Por outro lado, no acumulado do ano, os repasses referentes à Lei Complementar nº 115/2002 apresentaram-se R\$ 1,5 bilhão inferiores aos de 2009. Esse comportamento se explica pelo auxílio financeiro para fomento às exportações, no valor de R\$ 1.950,0 milhões, transferido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios em junho de 2009 sob o amparo da Lei nº 12.087/2009, tendo como contrapartida em 2010 R\$ 487,5 milhões transferidos em setembro com base na Medida Provisória nº 501/2010.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-SET (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Constitucionais (IR/IIPI/outros)	2,73%	2,57%
CIDE - Combustíveis	0,02%	0,05%
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	0,14%	0,05%
Demais	0,71%	0,78%
Total	3,60%	3,45%

¹ Inclui auxílio financeiro

Os investimentos cresceram 56,6% em 2010 em comparação a 2009. As despesas com o PAC aumentaram 50,1%.

No acumulado até setembro de 2010, as despesas do Tesouro Nacional cresceram R\$ 89,2 bilhões (36,5%) frente ao mesmo período de 2009. Essa evolução decorreu, principalmente, dos seguintes fatores: i) despesa com operação de Capitalização da Petrobras, no valor de R\$ 42,9 bilhões, sem contrapartida em 2009; ii) crescimento de R\$ 10,2 bilhões (9,3%) nas despesas com pessoal e encargos sociais, efeito de reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores; iii) incremento das despesas discricionárias, as quais se elevaram R\$ 17,3 bilhões (22,2%), com aumentos principalmente nos Ministérios da Educação (R\$ 5,1 bilhões), da Saúde (R\$ 3,0 bilhões), da Defesa (R\$ 2,7 bilhões) e do Desenvolvimento Social (R\$ 2,2 bilhões); iv) queda dos retornos líquidos no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), que foram R\$ 18,3 milhões em 2010 contra R\$ 4,2 bilhões em 2009; v) aumento de R\$ 4,0 bilhões nos créditos extraordinários; e vi) aumento de R\$ 2,5 bilhões nas despesas com LOAS e RMV, explicada pelos reajustes do salário mínimo nos anos de 2009 e 2010, respectivamente, e pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos.

Cumprе salientar o incremento de R\$ 11,6 bilhões (56,6%) dos investimentos até setembro de 2010 relativamente ao mesmo período de 2009, e de R\$ 4,8 bilhões (50,1%) das despesas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Por fim, o déficit da Previdência Social elevou-se em R\$ 1,0 bilhão (2,7%) relativamente ao período de janeiro a setembro de 2009, alcançando R\$ 39,8 bilhões frente aos R\$ 38,7 bilhões apurados no ano anterior. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 21,2 bilhões (17,0%), explicada, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários cresceram R\$ 22,3 bilhões (13,6%). Em porcentagem do PIB, houve redução de 0,16 p.p. no déficit previdenciário.

Em porcentagem do PIB, houve redução de 0,16 p.p. no déficit previdenciário.

Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou déficit de R\$ 5,9 bilhões, que corresponde a 14,9% do déficit total do regime, enquanto a parcela rural registrou déficit de R\$ 33,8 bilhões (85,1% do déficit do RGPS).

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 123,0 bilhões em setembro contra R\$ 54,2 bilhões verificados em agosto (aumento de 126,9%). Este comportamento é explicado principalmente pelo acréscimo de R\$ 68,5 bilhões (599,7%) nas demais receitas do Tesouro, em função do ingresso de R\$ 74,8 bilhões relativos à cessão onerosa para exploração de petróleo, conforme previsto na Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010. Verificou-se, ainda, aumento de R\$ 576,8 milhões (2,9%) nos ingressos decorrentes de contribuições e decréscimo de R\$ 261,4 milhões (1,1%) nas receitas de impostos.

As receitas de impostos federais totalizaram R\$ 22,8 bilhões e as de contribuições R\$ 20,3 bilhões em setembro, apresentando, em seu conjunto, acréscimo de R\$ 315,4 milhões (0,7%) em relação aos valores apurados em agosto. Essa evolução reflete os aumentos de: i) R\$ 612,4 milhões (5,3%) na arrecadação da Cofins; ii) R\$ 319,0 (3679,8%) milhões em outros impostos, em razão do pagamento da 1ª cota ou cota única do ITR referente ao ano-calendário de 2009; iii) R\$ 238,0 milhões (8,0%) no PIS/Pasep; iv) R\$ 149,3 milhões (39,8%) em outras contribuições; v) R\$ 150,1 milhões (19,7%) no IRRF – Remessas ao Exterior; e vi) R\$ 128,9 milhões (3,7%) no IPI. Por outro lado, registrou-se decréscimo de: i) R\$ 493,1 milhões (7,6%) na arrecadação de IRPJ; ii) R\$ 452,7 milhões (13,7%) na arrecadação da CSLL; e iii) R\$ 161,1 milhões (12,0%) no IRPF. As demais receitas do Tesouro Nacional apresentaram aumento de R\$ 68,5 bilhões, influenciadas: i) pelo ingresso em setembro de R\$ 74,8 bilhões a título de cessão onerosa para exploração de petróleo pela Petrobras, conforme estabelecido na Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010; e ii) pela queda de R\$ 6,8 bilhões (99,4%) na arrecadação de dividendos, destacando-se as reduções de: R\$ 3,0 bilhões relativos ao BNDES; R\$ 1,4 bilhão referente à cessão onerosa de crédito da Eletrobras conforme MP nº 500/2010; e R\$ 1,1 bilhão da Caixa, recebidos em agosto, sem correspondente em setembro.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 20,70% do PIB nos primeiros nove meses de 2010, dos quais 8,12% correspondem à arrecadação de impostos, 6,85% às contribuições e 5,72% às demais receitas.

Comparada ao mesmo período de 2009, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento nominal de R\$ 141,1 bilhões (35,5%), passando de R\$ 397,7 bilhões para R\$ 538,8 bilhões. Esse crescimento deveu-se, fundamentalmente, à recuperação dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional em setembro foi influenciada pelo ingresso decorrente da cessão onerosa de exploração de petróleo.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, 2010 (R\$ Milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	AGO/10	SET/10
Impostos	23.030,2	22.768,8
Imposto de Renda	15.243,5	14.649,7
IPI	3.504,3	3.633,2
Outros	4.282,3	4.485,9
Contribuições	19.766,3	20.343,1
Cofins	11.508,6	12.121,0
CPMF	8,7	8,5
CSLL	3.302,1	2.849,4
Cide - Combustíveis	700,0	683,0
Outras	4.246,8	4.681,1
Demais	11.414,1	79.867,2
Cola parte	1.087,7	1.127,3
Diretamente Arrecada	1.955,4	1.901,5
Dividendos da União	6.795,1	42,9
Concessões	14,9	16,6
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	-	74.807,6
Outras	1.561,0	1.971,2
Total Bruto	54.210,5	122.979,1

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

Nos primeiros nove meses de 2010, o crescimento da receita bruta do Tesouro Nacional reflete a recuperação dos principais indicadores macroeconômicos no período.

a arrecadação de tributos, como a produção industrial, o volume geral de vendas e a massa salarial.

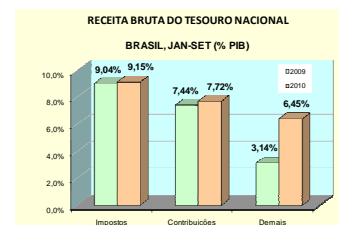
O crescimento na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- a) incremento de R\$ 18,2 bilhões (22,1%) na Cofins e de R\$ 4,0 bilhões (18,0%) no PIS-Pasep, devido: i) ao crescimento de 12,4% no volume geral de vendas no acumulado de dezembro de 2009 a agosto de 2010 em relação ao mesmo período de 2008/2009; ii) ao depósito judicial e acréscimos legais, no valor de R\$ 395,5 milhões, no mês de fevereiro de 2010; iii) à compensação de pagamentos indevidos ou a maior, de janeiro a setembro de 2009; e iv) às desonerações (principalmente antecipação de aproveitamento de créditos) promovidas por meio das Leis nºs 11.774/2008, 11.787/2008, 11.945/2009, 12.024/2009 e 12.096/2009.
- b) incremento de R\$ 6,9 bilhões (32,3%) na arrecadação de IPI, explicado principalmente pelos seguintes itens: i) IPI-Automóveis, decorrente do fim da redução temporária das alíquotas deste imposto a partir de 31 de março de 2010; ii) IPI-Fumo, em função da mudança do prazo de apuração e recolhimento, de decenal para mensal, estabelecida pela Lei nº 11.933/2009, em maio de 2009, e do ajuste linear de 23,5% das alíquotas, conforme Decreto nº 6.809/2009, em junho de 2009; iii) IPI-Vinculado às Importações, decorrente principalmente da conjugação da elevação de 45,7% no valor em dólar (volume) das importações com a elevação de 7,4% na alíquota média efetiva do IPI-Vinculado e a redução de 14,4% na taxa média de câmbio; e iv) IPI-Outros, devido ao crescimento de 14,6% na produção industrial no acumulado de dezembro/2009 a agosto/2010 em relação ao mesmo período de 2008/2009, bem como em função das desonerações tributárias instituídas pelos Decretos nºs 6.696/2008, 6.890/2009, 6.996/2009, 7.016/2009, 7.017/2009, 7.032/2009 e 7.060/2009, principalmente para caminhões, materiais de construção, móveis e eletrodomésticos.
- c) crescimento de R\$ 5,8 bilhões (8,8%) no IRRF, devido: i) à elevação de R\$ 5,1 bilhões (13,4%) do IRRF – Rendimentos do Trabalho, decorrente do aumento nominal de 12,1% da massa salarial nos meses de dezembro/2009 a agosto/2010, em relação ao mesmo período de 2008/2009 e da alteração da tabela de incidência do IRPF, conforme a Lei nº 11.945/2009; ii) ao crescimento de R\$ 456,3 milhões (10,5%) no IRRF – Outros Rendimentos; iii) ao aumento de R\$ 370,3 milhões (5,0%) no IRRF – Remessas ao Exterior; e iv) à redução de R\$ 184,3 milhões (1,2%) do IRRF – Rendimentos do Capital, influenciada pela queda de arrecadação nas operações de *swap* (64,4%).
- d) crescimento de R\$ 5,5 bilhões (41,6%) na arrecadação do IOF, refletindo: i) o aumento da alíquota para 2,0% nas liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos no país, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicação

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-SET (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	2009	2010
Impostos	7,99%	8,12%
Imposto de Renda	5,96%	5,72%
IPI	0,93%	1,08%
Outros	1,10%	1,32%
Contribuições	6,57%	6,85%
Cofins	3,59%	3,86%
CPMF	0,01%	0,00%
CSSL	1,43%	1,30%
Cide - Combustíveis	0,13%	0,22%
Outras	1,42%	1,47%
Demais	2,77%	5,72%
Cota parte	0,57%	0,72%
Diretamente Arrecadada	0,81%	0,78%
Dividendos da União	0,80%	0,65%
Concessões	0,12%	0,02%
Outras	0,47%	3,56%
Total Bruto	17,34%	20,70%

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

- no mercado financeiro e de capitais, constantes dos Decretos nºs 6.983/2009 e 7.011/2009; e ii) o crescimento de 16,6% no volume das operações de crédito.
- e) crescimento de R\$ 5,0 bilhões (8,4%) no IRPJ e de R\$ 1,1 bilhão (3,3%) na CSLL, cujo desempenho acumulado ainda está bastante influenciado pelo pagamento do ajuste, que terminou no mês de março e reflete o desempenho da economia no ano de 2009. Cumpre destacar que os resultados da arrecadação por estimativa das instituições financeiras encontram-se influenciados por pagamentos extraordinários de R\$ 2,0 bilhões realizados em abril e julho de 2009. Observou-se também significativo aumento na arrecadação do lucro presumido, decorrente da elevação do volume de vendas de dezembro a agosto.
- f) elevação de R\$ 3,5 bilhões (30,1%) no Imposto de Importação (II), decorrente principalmente da conjugação dos seguintes fatores: i) elevação de 45,7% no valor em dólar (volume) das importações; ii) aumento de 5,2% na alíquota média efetiva do II; e iii) redução de 14,4% na taxa média de câmbio.
- g) crescimento de R\$ 2,8 bilhões (93,8%) na CIDE-Combustíveis, devido a: i) compensações realizadas em 2009; e ii) aumento das alíquotas específicas sobre gasolina e diesel, a partir dos fatos geradores de junho/2009, conforme Decreto nº 6.875/2009.
- h) crescimento de R\$ 1,4 bilhão (12,6%) na arrecadação de IRPF, refletindo: i) o aumento da arrecadação em decorrência dos pagamentos do ajuste de IRPF/2010, ano-base 2009; e ii) o crescimento do item ganhos líquidos em bolsa, decorrente de operação de fiscalização, por parte da Receita Federal do Brasil, focada nas pessoas físicas com indício de irregularidade nas operações em bolsa de valores.



O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, alcançou crescimento de R\$ 85,3 bilhões (134,2%), em relação aos primeiros nove meses de 2009, decorrente: i) do acréscimo de R\$ 74,8 bilhões referente à cessão onerosa para exploração de petróleo pela Petrobras, sem correspondente no ano anterior; ii) do crescimento de R\$ 6,1 bilhões (133,1%) em outras receitas, como consequência, principalmente, dos pagamentos relativos aos parcelamentos instituídos pela Lei nº 11.941/2009 e pela Medida Provisória nº 470/2009, bem como das transferências de depósitos judiciais da Caixa para a Conta Única do Tesouro Nacional em 2009, conforme MP 468/2009; iii) do acréscimo de R\$ 5,6 bilhões (42,8%) na arrecadação relativa à cota-parte de compensações financeiras, em função do aumento do preço internacional do petróleo; iv) do crescimento de R\$ 1,7 bilhão (9,4%) na arrecadação das receitas diretamente arrecadadas; v) da redução de R\$ 2,3 bilhões (80,9%) nas receitas oriundas de concessões, explicada pelo recolhimento, em maio de 2009, de R\$ 699,1 milhões, referentes à 2ª parcela do ônus relativo à renovação dos contratos de concessão para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) por parte das concessionárias, e de R\$ 461,9 milhões, relativos ao pagamento da 2ª parcela do leilão (realizado em outubro de 2007) de subconcessão de trecho da

DEMAIS RECEITAS DO TESOURO
BRASIL, JAN-SET (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Demais	63.592,2	148.924,5
Cota parte	13.161,0	18.795,6
Plano do Servidor (CPSS)	6.310,6	7.122,2
Diretamente Arrecadada	18.487,9	20.228,2
Dividendos da União	18.273,8	16.806,5
Concessões	2.798,8	534,8
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo		74.807,6
Outras	4.560,2	10.629,6

Ferrovia Norte-Sul, e pelo recolhimento, em setembro de 2009, de R\$ 1,1 bilhão relativo a licenças para exploração da banda de terceira geração (3G) por parte das empresas operadoras do serviço de telefonia móvel celular, todos sem correspondência em 2010; e vi) da redução de R\$ 1,5 bilhão (8,0%) nas receitas decorrentes de pagamento de dividendos.

Transferências a Estados e Municípios

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
Decêndio	Ago	Set
Terceiro Decêndio	11.464,6	9.288,5
Primeiro Decêndio	1.805,7	1.691,3
Segundo Decêndio	5.350,0	5.095,9
Total	18.620,3	16.075,7

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	AGO/10	SET/10
Constitucionais (IR/IPI/outros)	8.788,5	7.387,7
CIDE-Combustíveis	-	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	162,5	650,0
Demais	3.057,1	1.843,1
Total	12.008,1	9.880,7

¹Inclui auxílio financeiro

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-SET (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Constitucionais (IR/IPI/outros)	2,73%	2,57%
CIDE - Combustíveis	0,02%	0,05%
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	0,14%	0,05%
Demais	0,71%	0,78%
Total	3,60%	3,45%

¹Inclui auxílio financeiro

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em setembro, as transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 9,9 bilhões, contra R\$ 12,0 bilhões no mês anterior, apresentando decréscimo de R\$ 2,1 bilhões ou 17,7%. As transferências constitucionais alcançaram R\$ 7,4 bilhões, com decréscimo de R\$ 1,4 bilhão (15,9%) frente a agosto, reflexo da menor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI) no terceiro decêndio de agosto, com reflexo nas transferências de setembro. As transferências referentes à Lei Complementar nº 115/2002 apresentaram-se R\$ 487,5 milhões superiores às do mês anterior. Esse comportamento se explica pelo repasse da 1ª parcela do auxílio financeiro para fomento às exportações, em igual valor, transferido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios em setembro com base na Medida Provisória nº 501/2010.

No período de janeiro a setembro de 2010, as transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 8,9 bilhões (9,9%), elevando-se de R\$ 90,7 bilhões em 2009 para R\$ 99,6 bilhões em 2010. Os principais fatores explicativos dessa evolução são: i) o crescimento de R\$ 5,2 bilhões (7,6%) nas transferências constitucionais (IPI, IR e outras), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI) em 2010 comparativamente a 2009; ii) o crescimento de R\$ 3,5 bilhões (41,3%) nos repasses de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, explicado pela elevação do preço internacional do petróleo; iii) o crescimento de R\$ 740,4 milhões (133,2%) nas transferências da CIDE, devido, como já mencionado, ao aumento das alíquotas específicas sobre gasolina e diesel, a partir de fatos geradores de junho de 2009 (Decreto nº 6.875/2009); iv) o aumento de R\$ 559,3 milhões (12,9%) nas transferências do salário-educação; v) a elevação de R\$ 415,2 milhões (38,5%) em outras transferências; e vi) a redução de R\$ 1,5 bilhão (42,9%) nas transferências referentes às Leis Complementares nºs 87/1996 e 115/2002. Em 2009, o auxílio financeiro para fomento às exportações, no valor de R\$ 1.950,0 milhões, transferido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios foi pago integralmente em junho de 2009, sob o amparo da Lei nº 12.087/2009. Em 2010, o repasse foi programado em quatro parcelas iguais de R\$ 487,5 milhões, conforme estabelecido na Medida Provisória nº 501/2010, sendo que o primeiro repasse ocorreu em setembro.

Em setembro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 76,7 bilhões, contra R\$ 30,8 bilhões no mês anterior, com crescimento de R\$ 45,9 bilhões

(149,3%). As principais variações em relação ao mês anterior foram: i) aumento de R\$ 45,9 bilhões (258,4%) nas despesas de Custeio e Capital; e ii) aumento de R\$ 9,5 milhões (0,1%) nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais tiveram desempenho semelhante ao mês anterior, com desembolso de R\$ 12,9 bilhões.

Os gastos totais com custeio e capital aumentaram R\$ 45,9 bilhões (258,4%) destacando-se a capitalização da Petrobras no valor de R\$ 42,9 bilhões. As outras despesas de custeio e capital cresceram R\$ 3,4 bilhões (28,2%), enquanto os gastos com Subsídios e Subvenções Econômicas aumentaram em R\$ 135,3 milhões (36,1%). As despesas com LOAS mantiveram-se com desempenho estável, aumentando R\$ 3,3 milhões (0,2%), enquanto o desembolso do FAT reduziu R\$ 596,1 milhões (17,9%).

No caso das despesas do FAT, verificou-se dispêndio de R\$ 2,7 bilhões em setembro, contra gastos de R\$ 3,3 bilhões em agosto. A redução do desembolso do FAT no mês de setembro em relação ao mês anterior se refere basicamente ao pagamento das primeiras parcelas do abono salarial com maior incidência nos meses de julho e agosto, que se destacam em função do depósito em folha e de convênios de pagamento, os quais observam o calendário de pagamento do abono salarial referente ao exercício 2010/2011 (julho/2010 a junho/2011), regulamentado pela Resolução Codefat nº 645, de 27 de maio de 2010. Houve desembolso de R\$ 966,6 milhões com abono salarial contra R\$ 1,7 bilhão no mês anterior, enquanto as despesas com seguro-desemprego elevaram-se em R\$ 132,6 milhões (8,3%).

Em relação aos Subsídios e Subvenções Econômicas, a variação das despesas decorreu, principalmente, da execução dos Programas relacionados aos Preços Agrícolas, com variação positiva de R\$ 94,3 milhões (103,2%), destacando-se os Programas: i) Sustentação de Preços, com aumento de R\$ 82,0 milhões (102,5%); e ii) Aquisição do Governo Federal (AGF), com aumento de R\$ 12,4 milhões (111,6%). Também registraram aumento o Fundo da Terra/Incrá no valor de R\$ 45,6 milhões (594,1%) e o Programa de Financiamento às Exportações – Proex, em R\$ 41,0 milhões (368,5%). Por outro lado, decresceram as seguintes rubricas: i) Fundos Regionais, com redução de R\$ 46,6 milhões (18,9%); ii) Reordenamento de Passivos, em R\$ 21,1 milhões (100,0%); e iii) Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), em R\$ 10,2 milhões (32,3%).

Em relação às Outras Despesas de Custeio e Capital, o aumento de R\$ 46,4 bilhões (280,2%) decorreu particularmente em função da capitalização da Petrobras no montante de R\$ 42,9 bilhões. Além disso, houve acréscimo nas despesas discricionárias, com variação de R\$ 2,6 bilhões (27,4%), e no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, de R\$ 1,1 bilhão (82,2%). Dentre as despesas discricionárias, destacou-se o aumento nos dispêndios dos Ministérios: i) Defesa (R\$ 371,2 milhões,

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	AGO/10	SET/10
Pessoal e Encargos	12.904,9	12.914,4
Custeio e Capital	17.763,9	63.670,5
Despesas do FAT	3.323,8	2.727,8
Subsídios e Subvenções	374,7	510,1
LOAS/RMV	1.869,8	1.873,1
Capitalização da Petrobras	0,0	42.927,8
Outras	12.195,6	15.631,7
Transferência ao Bacen	102,8	132,0

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	AGO/10	SET/10
Agricultura	123,0	282,7
Custeio Agropecuário	5,1	4,3
Investimento Rural	-13,5	0,3
Preços Agrícolas	91,4	185,7
- EGF	0,3	0,2
- AGF	11,1	23,4
- Sustent. de preços	80,0	162,0
Pronaf	31,7	21,5
Pesa	0,0	15,9
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incrá	7,7	53,2
FUNCAFÉ	0,7	1,8
Revitaliza	0,0	0,0
Outros	-16,4	27,0
Habitação (PSH)	0,0	0,0
FND	-5,2	-2,8
Exportação (Proex)	-11,1	29,8
Total	106,7	309,7

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

Em setembro foi realizada a capitalização da Petrobras no valor de R\$ 42,9 bilhões.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2010 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	AGO/10	SET/10
Sentenças Judiciais	44,0	42,1
Legislativo	103,3	78,9
Judiciário	484,5	549,0
Crédito Extraordinário ¹	818,5	612,5
PAC ²	1.290,8	2.352,4
Outras ³	107,5	84,6
Discricionárias	9.347,0	11.912,2
d/q Min. da Saúde	4.156,0	4.396,0
Min. do Des. Social	1.280,9	1.397,8
Min. da Educação	1.704,6	1.678,7
Min. da Defesa	684,7	1.035,9
Min. da Ciência e Tec.	357,7	284,8
Min. do Des. Agrário	110,5	231,4
Min. da Justiça	199,9	287,6
Min. da Previdência	186,6	220,3
Min. dos Transportes	49,7	118,0
Min. das Cidades	42,2	104,4
Demais	594,2	2.157,4
Total	12.195,6	15.631,7

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público.

² Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº 11.768/2008 com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 12.053/2009.

³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, assistidos, convênios, indenizações Proex, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

55,8%); ii) Saúde (R\$ 240,0 milhões, 5,8%); iii) Desenvolvimento Agrário (R\$ 121,0 milhões, 109,5%) e iv) Desenvolvimento Social (R\$ 116,9 milhões, 9,1%).

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESpesas DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-SET (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Tesouro Nacional	10,65%	12,81%
Pessoal e Encargos	4,78%	4,60%
Custeio e Capital	5,83%	8,17%
Despesas do FAT	0,90%	0,86%
Subsídios e Subvenções ¹	0,11%	0,24%
LOAS/RMV	0,61%	0,64%
Capitalização da Petrobras	0,00%	1,65%
Outras	4,21%	4,79%
Transferência ao Bacen	0,04%	0,04%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram 12,81% do PIB até setembro de 2010, contra 10,65% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 89,2 bilhões (36,5%) em relação ao mesmo período de 2009, destacando-se os incrementos de R\$ 78,9 bilhões (59,0%) nas Despesas de Custeio e Capital e de R\$ 10,2 bilhões (9,3%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais.

Os dispêndios com a folha salarial registraram redução de 0,18 p.p em relação ao PIB no período, passando de 4,78% em 2009 para 4,60% em 2010. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 10,2 bilhões, sendo que os gastos no âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU cresceram 11,0% enquanto no Poder Executivo o incremento foi de 12,0%. Ressalte-se o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal de R\$ 4,2 bilhões em 2010, contra o desembolso de R\$ 5,6 bilhões no mesmo período de 2009.

Os gastos com Custeio e Capital passaram de 5,83% para 8,17% do PIB (aumento de 2,34 p.p.), explicados por: i) incremento de 0,58 p.p. na rubrica 'Outras Despesas de Custeio e Capital'; ii) aumento em 0,13 p.p. do PIB nos gastos com Subsídios e Subvenções Econômicas; iii) aumento de 0,02 p.p. nos dispêndios com LOAS/RMV; iv) redução de 0,04 p.p. nas despesas com abono salarial, seguro-desemprego e gastos operacionais do FAT; e v) capitalização da Petrobras.

As despesas do FAT atingiram R\$ 22,4 bilhões nos nove primeiros meses de 2010, contra R\$ 20,7 bilhões em igual período do ano anterior, com crescimento de R\$ 1,7 bilhão ou 8,1%. O acréscimo é decorrente não somente do aumento do salário mínimo, mas também da elevação no número de beneficiários identificados.

As despesas com Subsídios e Subvenções Econômicas alcançaram R\$ 6,3 bilhões em 2010, contra R\$ 2,5 bilhões no mesmo período de 2009. Esta variação decorreu, em grande medida, da diminuição dos retornos líquidos no âmbito do FND, que foram de R\$ 18,3 milhões em 2010, contra R\$ 4,2 bilhões em 2009 (99,6%). Adicionalmente, no período, houve elevação das despesas dos seguintes Programas: i) Sustentação de Preços (R\$ 361,8 milhões, 48,4%); ii) Fundo da Terra/Incrá (R\$ 83,7 milhões, 15,2%); e iii) Encargos Gerais Financeiros – EGF (R\$ 77,2 milhões, 683,8%). Por outro lado, registrou-se redução nos seguintes Programas: i) Pronaf (R\$ 419,1 milhões, 58,5%); ii) Habitação (PSH) (R\$ 189,9 milhões, 100,0%); iii) de Exportação (PROEX) em R\$ 175,3 milhões (548,7%) e iv) Custeio Agropecuário (R\$ 150,8 milhões, 78,9%).

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, JAN-SET (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	2009	2010
Agricultura	3.787,5	3.827,2
Custeio Agropecuário	191,0	40,2
Investimento Rural	-91,7	-1,5
Preços Agrícolas	2.086,1	2.474,0
- EGF	11,3	88,5
- AGF	1.327,0	1.275,9
- Sustent. de preços	747,9	1.109,6
Pronaf	715,8	296,7
Pesa	255,5	309,9
Cacau	0,7	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incrá	551,9	635,6
FUNCAFÉ	45,5	72,3
Revitaliza	32,8	0,0
Outros	-4.018,3	-161,6
Habitação (PSH)	189,9	0,0
FND	-4.240,2	-18,3
Exportação (Proex)	31,9	-143,3
Total	-230,8	3.665,6

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos

² Dados revisados

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 2,5 bilhões (17,8%) em relação ao mesmo período de 2009. Essa variação é explicada pelos reajustes de 12,0% e 9,7% do salário mínimo nos anos de 2009 e 2010, respectivamente, e pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 8,0% nos nove primeiros meses de 2010 relativamente a igual período de 2009 (média contra média). Do total de benefícios pagos, 1,6 milhão foi destinado aos idosos e 1,7 milhão aos portadores de necessidades especiais.

**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS
BRASIL, 2001-2010**

	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idosos	Variação em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média 2008	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%
média 2009	3.052.295	9%	1.487.566	9%	1.564.729	8%
set/01	1.268.596	-	433.147	-	835.449	-
set/02	1.415.860	12%	511.724	18%	904.136	8%
set/03	1.609.090	14%	615.004	20%	994.086	10%
set/04	1.836.724	14%	776.790	26%	1.059.934	7%
set/05	2.138.481	16%	981.309	26%	1.157.172	9%
set/06	2.356.821	10%	1.112.434	13%	1.244.388	8%
set/07	2.538.216	8%	1.219.547	10%	1.318.670	6%
set/08	2.766.385	9%	1.337.405	10%	1.428.979	8%
set/09	3.023.295	9%	1.472.877	10%	1.550.418	8%
set/10	3.260.610	8%	1.573.289	7%	1.687.321	9%

No mês destaca-se a capitalização da Petrobras no valor de R\$ 42,9 bilhões, sem contrapartida no período anterior. As Outras Despesas de Custeio e Capital cresceram R\$ 28,1 bilhões (29,1%) nos primeiros nove meses de 2010 em relação ao exercício anterior, destacando-se as seguintes rubricas: i) os gastos discricionários, com aumento de R\$ 17,3 bilhões (22,2%); ii) o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com elevação de R\$ 4,8 bilhões (50,1%); iii) os Créditos Extraordinários, com aumento de R\$ 4,0 bilhões (176,1%); e iv) os gastos no âmbito dos Fundos de Desenvolvimento (ADA/ADENE), com incremento de R\$ 493,9 milhões (152,2%). Responderam pelo crescimento dos gastos discricionários principalmente os Ministérios da Educação (R\$ 5,1 bilhões), da Defesa (R\$ 2,7 bilhões), da Saúde (R\$ 3,0 bilhões) e do Desenvolvimento Social (R\$ 2,2 bilhões). Destaca-se que os investimentos totais (Tabela A9) atingiram R\$ 32,2 bilhões, o que representou um incremento de R\$ 11,6 bilhões (56,6%) em relação ao ano de 2009.

O montante pago de restos a pagar (RP) nos primeiros nove meses de 2010, segundo o Decreto de Programação Financeira, correspondeu a R\$ 18,2 bilhões, equivalentes a 47,3% do total de RP inscritos (menos cancelamentos) contra 44,3%

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL

BRASIL, JAN-SET (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Sentenças Judiciais	1.695,9	2.251,1
Legislativo/Judiciário	4.027,4	4.812,3
Crédito Extraordinário ¹	2.266,4	6.256,8
PAC ²	9.492,5	14.249,2
Outras ³	960,2	1.616,3
Discricionárias	78.068,5	95.408,7
d/q Min. da Saúde	35.670,6	38.665,1
Min. do Des. Social	10.349,0	12.584,7
Min. da Educação	8.828,5	13.955,9
Min. da Defesa	5.723,6	8.468,7
Min. da Ciência e Tec.	2.567,9	3.078,5
Min. do Des. Agrário	1.496,1	1.848,5
Min. da Justiça	1.809,0	2.274,6
Min. da Previdência	1.129,6	1.568,6
Min. dos Transportes	725,7	817,6
Min. das Cidades	667,2	919,2
Demais	9.101,3	11.227,5
Total	96.510,8	124.594,4

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Programa de Aceleração do Crescimento.

² Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 12.017/2009.

³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistias, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Em 2010, os gastos com investimentos do governo federal totalizaram R\$ 32,2 bilhões, incremento de 56,6% em relação ao exercício de 2009.



no mesmo período do ano anterior, sendo que R\$ 8,6 bilhões referem-se a despesas com investimentos, correspondentes a um percentual de execução de 34,7% do total programado para o ano. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente, nos Ministérios da Educação (R\$ 4,1 bilhões), da Saúde (R\$ 3,9 bilhões) e da Defesa (R\$ 2,2 bilhões), destacando os Projetos de Implantação, Construção e Reforma de Campus Universitários (R\$ 464,0 milhões); Readequação das Universidades Federais – Reuni (R\$ 406,4 milhões); Reestruturação, Aquisição, Modernização e Revitalização de Aeronaves (R\$ 233,7 milhões); Construção, Implantação e Adequação das Instalações Esportivas para os V Jogos Mundiais Militares (R\$ 137,1 milhões); Prevenção, Preparação e Enfrentamento para a Pandemia de Influenza (R\$ 212,5 milhões); e Implantação e Melhoria em Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de Até 50.000 Habitantes (RIDE) (R\$ 206,8 milhões).

Previdência Social

Em setembro, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 9,2 bilhões contra um déficit de R\$ 5,4 bilhões em agosto (elevação de 69,7%). Esse resultado explica-se basicamente pelo pagamento antecipado de parcela do abono equivalente à gratificação natalina à maioria dos segurados e dependentes da Previdência. Nos três primeiros trimestres do ano, registrou-se um incremento do déficit de R\$ 1,0 bilhão (2,7%) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em setembro de 2010, a Previdência Social registrou déficit de R\$ 9,2 bilhões, contra R\$ 5,4 bilhões registrados no mês anterior.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-SET (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	%
Contribuição	124.743,5	145.960,9	17,0%
Urbano	121.390,2	142.467,8	17,4%
Rural	3.353,4	3.493,2	4,2%
Benefícios	163.477,5	185.728,9	13,6%
Urbano	130.819,7	148.399,6	13,4%
Rural	32.657,8	37.329,2	14,3%
Res. Primário	-38.734,0	-39.767,9	2,7%
Urbano	-9.429,5	-5.931,8	-37,1%
Rural	-29.304,4	-33.836,1	15,5%

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2009-2010

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	AGO 2010	SET 2010	JAN-SET	
			2009	2010
I. ARRECAÇÃO LÍQUIDA	17.330,6	17.127,5	124.743,5	145.960,9
Arrecadação Bruta	19.111,7	18.995,0	139.187,1	162.524,8
- Contribuição Previdenciária	17.307,4	17.129,2	127.711,7	146.879,1
- Simples	1.628,2	1.691,7	9.199,6	13.689,6
- CFT	19,1	41,3	539,4	397,2
- Depósitos Judiciais	145,2	122,8	1.558,8	1.463,0
- Refis	11,8	10,0	177,7	95,9
(-) Restituição/Devolução	-51,2	-56,0	-420,4	-444,5
(-) Transferências a Terceiros	-1.729,8	-1.811,4	-14.023,1	-16.119,4
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	22.746,2	26.318,7	163.477,5	185.728,9
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-5.415,6	-9.191,1	-38.734,0	-39.767,9
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,69%	-1,53%

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 17,1 bilhões em setembro, apresentando redução de R\$ 203,1 milhões (1,2%) frente aos ingressos

líquidos de agosto. Em relação aos primeiros nove meses de 2009, a arrecadação líquida apresentou um aumento de R\$ 21,2 bilhões (17,0%). Contribuiu para esse crescimento o aumento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada entre dezembro de 2009 e agosto de 2010 foi 12,1% superior à verificada no período correspondente de 2008/2009.

As despesas com benefícios alcançaram o valor de R\$ 26,3 bilhões em setembro, apresentando um crescimento de R\$ 3,6 bilhões (15,7%) em relação a agosto. Essa elevação se explica sobretudo pelo pagamento antecipado de 50% do abono equivalente à gratificação de Natal, conforme dispõe o Decreto nº 7.264, de 12 de agosto de 2010, a metade dos segurados e dependentes da Previdência Social que auferem benefícios no valor de até um salário mínimo, nos termos do art. 41-A, § 3º, da Lei nº 8.213/1991, bem como à totalidade dos beneficiários com direito a mais de um salário mínimo. A outra metade dos titulares de benefícios de até um salário mínimo já havia recebido no mês anterior (agosto) tal parcela antecipada do abono anual. Comparativamente aos três primeiros trimestres de 2009, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 22,3 bilhões (13,6%). Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: (i) aumento de R\$ 53,68 (8,1%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e (ii) elevação de 703,0 mil (3,1%) na quantidade média mensal de benefícios pagos. Deve-se ressaltar, ainda, que o pagamento de precatórios e sentenças judiciais entre janeiro e setembro de 2010 registrou um aumento de R\$ 736,4 milhões (13,5%) em relação ao mesmo período de 2009.

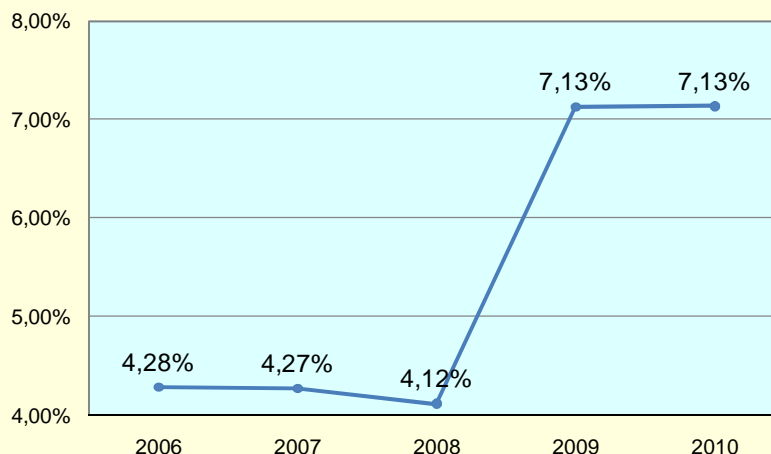
O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos, considerando o acumulado de janeiro a setembro de cada ano. Verifica-se que em 2006 esses gastos correspondiam a 4,28% do PIB; em 2010, correspondem a 7,13%. Nos últimos cinco anos, o crescimento médio das despesas com benefícios foi de 0,60 ponto percentual do PIB por ano. Importante destacar que a despesa acumulada até setembro de 2009 e 2010 já reflete as antecipações do abono anual conforme a legislação em vigor, fato que não se verificou nos anos de 2006 a 2008.

Nos primeiros nove meses do ano, o déficit previdenciário atingiu R\$ 39,8 bilhões, frente a R\$ 38,7 bilhões em 2009. Em relação ao PIB, o déficit caiu de 1,69% em 2009 para 1,53% em 2010.

Nos últimos cinco anos, as despesas com benefícios previdenciários do RGPS cresceram, em média, 0,60 p.p. por ano, passando de 4,28% do PIB entre janeiro e setembro de 2006 para 7,13% do PIB no mesmo período de 2010.

DESPESAS COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS (RGPS)

Brasil, 2006-2010 (% do PIB) - janeiro a setembro



BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-SET			
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	%
Quantidade RGPS*	23,0	23,7	3,1%
Valor médio RGPS**	661,4	715,1	8,1%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

No estoque de benefícios dos nove primeiros meses de 2010, comparado ao mesmo período de 2009, destacam-se os aumentos de 574,6 mil aposentadorias (3,9%) e de 176,4 mil pensões por morte (2,7%), bem como a redução de 58,3 mil benefícios de auxílio-doença (4,6%).

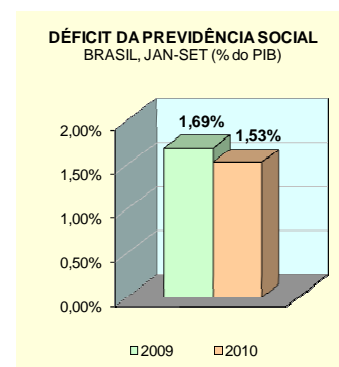
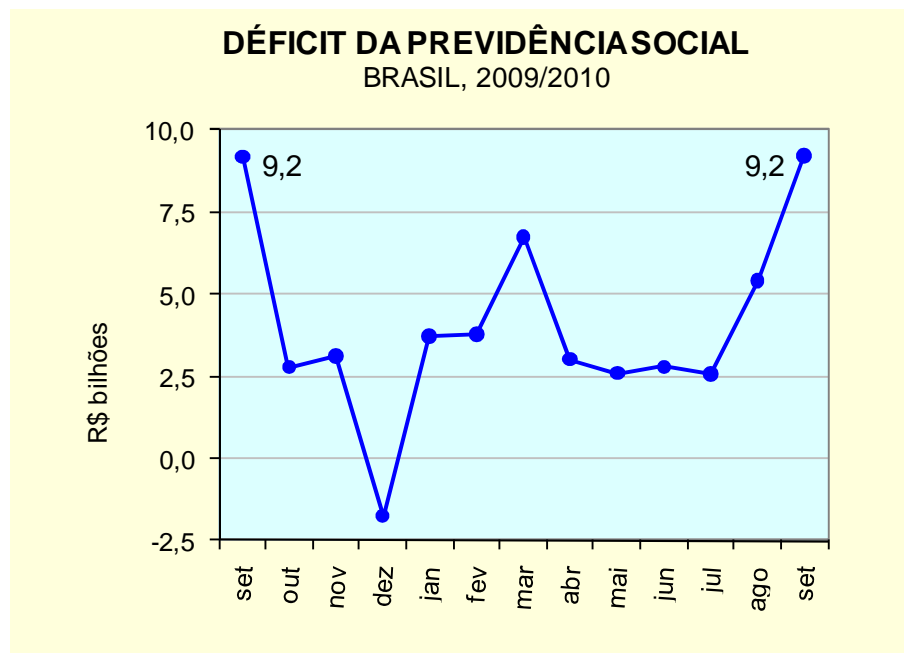
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-SET (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010
Contribuição	5,44%	5,61%
Urbano	5,29%	5,47%
Rural	0,15%	0,13%
Benefícios	7,13%	7,13%
Urbano	5,70%	5,70%
Rural	1,42%	1,43%
Res. Primário	-1,69%	-1,53%
Urbano	-0,41%	-0,23%
Rural	-1,28%	-1,30%

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2009-2010

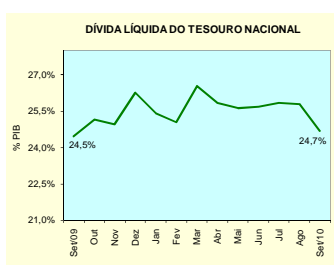
	Em mil benefícios			
	AGO	SET	JAN-SET	
	2010	2010	2009	2010
Benefícios do RGPS	23.995	24.110	23.074	23.781
Previdenciários	23.193	23.304	22.271	22.988
Aposentadorias	15.400	15.464	14.707	15.275
Idade	8.047	8.084	7.642	7.973
Invalidez	2.935	2.942	2.862	2.923
Tempo de contribuição	4.418	4.438	4.202	4.379
Pensão por morte	6.563	6.586	6.345	6.523
Auxílio-Doença	1.101	1.119	1.107	1.064
Salário - maternidade	73	78	63	72
Outros	57	58	48	55
Acidentários	802	806	803	793
Aposentadorias	164	164	156	162
Pensão por morte	126	126	127	126
Auxílio - doença	161	164	169	154
Auxílio - acidente	279	279	274	277
Auxílio - suplementar	73	73	77	73

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,17 p.p. enquanto os gastos com benefícios previdenciários aumentaram 0,01 p.p.

em relação ao período de janeiro a setembro de 2009. Como resultado, o déficit primário do RGPS diminuiu para 1,53% do PIB, 0,16 p.p. menor que o registrado no mesmo período do ano anterior.



Em setembro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 890,8 bilhões, o equivalente a 24,7% do PIB.



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN alcançou o montante de R\$ 890,8 bilhões em setembro, o equivalente a 24,7% do PIB. Comparativamente ao mês anterior, houve redução de R\$ 28,9 bilhões, em termos nominais, conseqüência da diminuição de R\$ 27,2 bilhões no estoque da dívida interna líquida e de R\$ 1,7 bilhão na dívida externa líquida. Em relação ao PIB, a redução foi de 1,1 p.p no mês.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2009 SET	2010 AGO SET	
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	643.366	826.478	799.254
I.1. Dívida Interna	1.917.835	2.184.157	2.210.320
I.2. Haveres Internos	1.274.468	1.357.679	1.411.066
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	102.844	93.169	91.501
II.1. Dívida Externa	103.042	93.503	91.764
II.2. Haveres Externos	198	334	263
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	746.211	919.647	890.755
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	24,5%	25,8%	24,7%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em relação ao ano anterior, a DLTN tomada em proporção do PIB aumentou 0,2 p.p, passando de 24,5% em setembro de 2009 para 24,7% em setembro de 2010. Em termos nominais, o aumento foi de R\$ 144,5 bilhões, no mesmo período, conseqüência do crescimento de R\$ 155,9 bilhões no estoque da dívida interna líquida, compensado em parte pela queda de R\$ 11,3 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

Dívida Interna Líquida

No mês de setembro, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 799,3 bilhões, o equivalente a 22,1% do PIB. A redução de R\$ 27,2 bilhões, em relação ao mês anterior, explica-se pela elevação de R\$ 26,2 bilhões no estoque da dívida interna bruta, compensado pelo crescimento de R\$ 53,4 bilhões nos haveres internos. O crescimento dos haveres internos reflete a operação de concessão de empréstimo ao BNDES, por meio de emissão de títulos, conforme MP nº 505, de 24 de setembro de 2010 e Portaria STN nº 550, de 24 de setembro de 2010.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, cresceu 1,1 p.p., passando de 21,1% para 22,1%. Em termos nominais, a dívida interna líquida passou de R\$ 643,9 bilhões

em setembro de 2009 para R\$ 799,3 bilhões em setembro de 2010. Esse comportamento decorreu do aumento de R\$ 292,5 bilhões no estoque da dívida interna, compensado em parte pelo crescimento de R\$ 136,6 bilhões nos haveres internos.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2009/2010

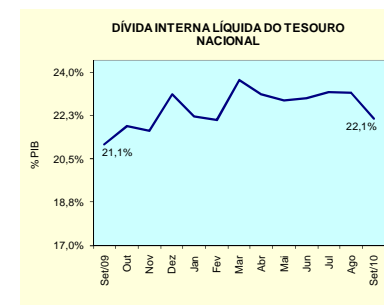
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2009	2010	
	SET	AGO	SET
I. DÍVIDA INTERNA	1.917.835	2.184.157	2.210.320
I.1. Dívida Mobiliária	1.896.544	2.169.059	2.195.483
DPMFi em Poder do Público ¹	1.385.889	1.524.606	1.534.405
DPMFi em Poder do Banco Central	530.203	668.964	684.898
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	(19.547)	(24.510)	(23.820)
I.2. Demais Obrigações Internas	21.290	15.098	14.837
II. HAVERES INTERNOS	1.274.468	1.357.679	1.411.066
II.1. Disponibilidades Internas	376.166	337.652	360.073
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	437.716	453.071	457.075
II.3. Haveres da Administração Indireta	215.727	229.094	231.885
II.4. Haveres Administrados pela STN	244.858	337.862	362.033
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	643.366	826.478	799.254
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB³	21,1%	23,2%	22,1%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

² Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

³ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.



A Dívida Mobiliária (Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos federais, aumentou R\$ 26,4 bilhões em relação ao mês anterior (em relação ao PIB, diminuiu 0,1 p.p.). Essa redução da DPMFi pode ser explicada pela emissão líquida de R\$ 9,5 bilhões ocorrido no período, compensado pela apropriação de juros no valor de R\$ 16,3 bilhões. Em relação a setembro do ano anterior, houve aumento de R\$ 298,9 bilhões em termos nominais, ou 1,3 p.p. em proporção do PIB, passando de 62,2% para 60,8% do PIB.

Em setembro, verificou-se a emissão de títulos públicos para: i) o BNDES, no valor de R\$ 24,7 bilhões, conforme MP nº 505, de 24 de setembro de 2010 e Portaria STN nº 550 de 24 de setembro de 2010; e ii) subscrição de ações da Petrobras, no montante de R\$ 42,9 bilhões, de acordo com a Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010 e Portaria STN nº 553 de 28 de setembro de 2010. Por outro lado, houve cancelamento de dívida no montante de R\$ 67,8 bilhões, relativo ao pagamento da cessão onerosa do exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos, também conforme Lei nº 12.276/2010 e Portaria STN nº 554 de 29 de setembro de 2010.

A Dívida Interna Líquida reduziu 1,0 % em relação ao PIB neste mês.

Título	R\$ bilhões		
	2009	2010	
	SET	AGO	SET
Em Poder do Público	1.386	1.525	1.534
LFT	511	524	503
LTN	246	318	337
NTN-B	325	353	357
NTN-C	57	61	62
NTN-F	207	231	239
Demais ¹	39	37	37
Aplic. em Tít. Púb.	-20	-25	-24
Na carteira do BCB	530	669	685
Total	1.897	2.169	2.195
% PIB	62,2%	60,9%	60,8%

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Na carteira de títulos em poder do público houve aumento de R\$ 9,8 bilhões, associado ao resgate líquido de R\$ 888,9 milhões e a apropriação de juros no total de R\$ 10,7 bilhões. Na carteira do Banco Central, por sua vez, a redução alcançou R\$ 15,9 bilhões, consequência da emissão líquida de R\$ 10,3 bilhões e da apropriação de juros no valor de R\$ 5,6 bilhões.

Em relação à composição da carteira em poder do público, as variações mais significativas, comparadas ao mês anterior, ocorreram com o aumento no estoque de LTN no montante de R\$ 18,7 bilhões e com a redução de LFT em R\$ 21,0 bilhões.

TABELA 6
VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, SET/2010

HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS BRASIL, 2009/2010			
Discriminação	R\$ bilhões		
	2009		2010
	SET	AGO	SET
Lei 9.496/97	315,2	333,3	337,0
MP 2.185/01	50,0	52,8	53,5
Lei 8.727/93	38,5	35,1	34,8
Antecipação de Royalties	11,2	10,0	10,1
Bônus Renegociados	6,5	5,8	5,6
Lei 7.976/89	0,4	0,0	0,0
Demais Haveres	16,0	16,0	16,0
Total	437,7	453,1	457,1
% PIB	14,4%	12,7%	12,7%

Título	Saldo Ago/10	Fatores de Variação ¹¹			Saldo Set/10
		Emissões	Resgates ¹²	Juros ¹³	
Em poder do público	1.524,6	103,7	(104,60)	10,7	1.534,4
LFT	523,6	73,1	(98,27)	4,2	502,6
LTN	318,2	18,2	(0,01)	0,5	336,9
NTN-B	353,4	6,9	(5,49)	2,4	357,2
NTN-C	60,8	0,0	(0,17)	1,2	61,8
NTN-F	231,4	5,4	(0,04)	2,3	239,0
Demais ¹⁴	37,1	0,2	(0,61)	0,1	36,8
Na carteira do BCB	669,0	10,4	(0,01)	5,6	684,9
Total	2.193,6	114,1	(104,61)	16,3	2.219,3

(*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

¹¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acrécimo) ao saldo da obrigação.

¹² Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

¹³ Refere-se aos juros apropriados por competência.

¹⁴ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Os haveres internos do Tesouro Nacional aumentaram R\$ 53,4 bilhões em relação ao mês anterior, refletindo a elevação de R\$ 22,4 bilhões nas disponibilidades internas, de R\$ 4,0 bilhões nos haveres junto aos governos regionais e de R\$ 2,8 bilhões nos haveres da administração indireta, bem como o incremento de R\$ 24,2 bilhões nos haveres administrados pela STN.

HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA BRASIL, 2009/2010			
Entidade	R\$ bilhões		
	2009		2010
	SET	AGO	SET
FAT	137,2	142,4	143,3
Fundos Regionais	49,4	55,7	56,3
Demais	28,6	30,4	31,7
Total	215,2	228,5	231,3

Nos haveres administrados pela STN, houve elevação de R\$ 676,7 milhões no saldo dos haveres de operações estruturadas e de R\$ 23,3 bilhões no saldo dos haveres de legislação específica, considerando-se nessa variação a liberação de recursos ao BNDES no valor de R\$ 24,7 bilhões, por meio da emissão de títulos públicos, conforme MP nº 505/2010 e Portaria STN nº 550/2010.

Em relação à evolução dos haveres junto aos governos regionais, as maiores variações foram observadas nos saldos devedores das dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01, que juntas elevaram-se em R\$ 4,4 bilhões em função da variação do IGP-DI, o que foi em parte compensa-

do pela redução dos saldos da Renegociação de Dívidas referentes à Lei nº 8.727/93 e aos Bônus Renegociados que juntos diminuiram R\$ 537,7 milhões. Pelos termos contratuais, a correção monetária desses saldos, medida pelo IGP-DI, é realizada com base na taxa de inflação verificada no mês anterior ao mês de apuração do saldo, que no mês de agosto foi de 1,1%.

Quanto aos haveres da administração indireta, o crescimento foi de R\$ 2,8 bilhões. Foi verificado aumento de R\$ 1,3 bilhão nos saldos dos Fundos Diversos, de R\$ 931,1 milhões nos haveres do FAT e de R\$ 518,2 milhões nos saldos dos Fundos Constitucionais.

Em setembro, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 91,5 bilhões, contra R\$ 93,2 bilhões em agosto. Houve redução de R\$ 1,7 bilhão em termos nominais, a variação em relação ao PIB foi de 0,1 p.p. Essa redução reflete o resgate líquido de R\$ 253,8 milhões, a variação cambial negativa de R\$ 2,1 bilhões e a apropriação positiva de juros no valor de R\$ 666,7 milhões, ocorridos no mês.

Dívida Externa Líquida

Em setembro de 2010, a Dívida Externa Líquida totalizou R\$ 91,5 bilhões, equivalentes a 2,5% do PIB, valor inferior ao registrado no ano anterior em 0,8 p.p. do PIB.

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2009		2010
	SET	AGO	SET
I. DÍVIDA EXTERNA	103.042	93.503	91.764
I.1. Dívida Mobiliária	80.266	73.009	72.091
Euro	9.777	6.687	6.797
Global US\$	59.928	55.576	54.490
Global BRL	10.340	10.549	10.646
Demais	222	196	158
I.2. Dívida Contratual	22.776	20.494	19.673
Organismos Internacionais	19.224	17.431	16.750
Bancos Privados e Agências Governamentais	3.551	3.062	2.922
II. HAVERES EXTERNOS	198	334	263
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	198	334	263
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	102.844	93.169	91.501
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	3,4%	2,6%	2,5%

(*) Dados sujeitos a alteração.
¹ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Comparativamente ao ano anterior, a redução foi de R\$ 11,3 bilhões, passando de R\$ 102,8 bilhões em setembro de 2009 para R\$ 91,5 bilhões em setembro de 2010. Em percentual do PIB, diminuiu 0,8 p.p.

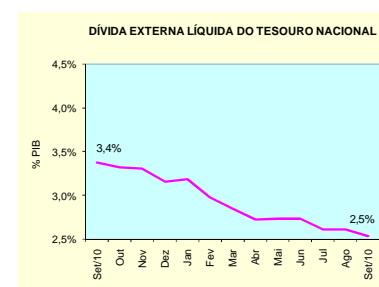


TABELA 8
VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, SET/2010

Discriminação	Estoque Ago/10	Fatores de Variação				Estoque Set/10
		Emissões	Resgates ¹⁾	Juros ²⁾	Variação Cambial	
Dívida Mobiliária³⁾	73.009	1.018	(976)	600	(1.561)	72.091
Global US\$	55.576	1.018	(729)	410	(1.786)	54.490
Euro	6.687	0	(214)	92	231	6.797
Global BRL	10.549	0	0	96	0	10.646
Demais	196	0	(33)	1	(6)	158
Dívida Contratual	20.494	25	(322)	67	(591)	19.673
Org. Internacionais	17.431	13	(263)	55	(486)	16.750
Bancos Priv./Ag. Gov.	3.062	12	(58)	12	(106)	2.922
Total	93.503	1.044	(1.297)	667	(2.152)	91.764

¹⁾ Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.

²⁾ Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

³⁾ A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFI.

Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 78,6% (R\$ 72,1 bilhões); e a dívida contratual representa 21,4% (R\$ 19,7 bilhões).

Brasil anuncia reabertura de bônus em dólares

O Tesouro Nacional informa o resultado final da reabertura do bônus da República denominado GLOBAL 2041, com vencimento em 07 de janeiro de 2041, no valor de US\$ 550 milhões, sendo US\$ 500 milhões nos mercados europeu e norte-americano, e US\$ 50 milhões no mercado asiático. A liquidação financeira ocorreu em 21 de setembro de 2010 e os cupons serão pagos nos dias 07 de janeiro e 07 de julho de cada ano, até o vencimento em 07 de janeiro de 2041.

O título foi emitido com cupom de juros de 5,625% a.a. e com spread de 142 pontos-base acima da Treasury (título do Tesouro americano) com vencimento em 15 de agosto de 2040. A emissão, liderada pelos bancos HSBC e Itaú, co-líderes BB Securities e BNP Paribas, foi colocada ao preço de 106,407% do seu valor de face, resultando em taxa de retorno para o investidor de 5,202% a.a.

A reabertura foi realizada dentro das diretrizes estabelecidas no Plano Anual de Financiamento 2010, ao buscar o aperfeiçoamento do perfil do passivo externo, pela consolidação da curva de juros em dólares

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Receitas Primárias do Governo Central

Tabela A3 – Despesas primárias do Governo Central

Tabela A4 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A5 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A6 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A8 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações

Tabela A9 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Setembro 2010/2009

e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

TABELA A2 - RECEITAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL *

R\$ milhões

	Set/2009	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2010
I. RECEITA TOTAL	53.503,4	69.410,0	74.239,9	79.647,5	73.899,1	57.107,2	62.550,3	78.569,9	65.494,7	61.461,7	68.560,5	69.809,4	139.224,7
I.1. Receitas do Tesouro	39.227,5	54.367,3	57.189,3	53.797,3	59.661,4	41.701,1	46.492,6	62.054,3	48.725,5	44.691,7	51.523,0	52.281,3	121.831,7
I.1.1. Receita Bruta	40.225,6	55.725,3	59.509,0	56.927,9	60.488,6	42.030,1	46.767,0	62.589,6	48.961,5	46.761,4	54.015,3	54.210,5	122.979,1
I.1.1.1. Impostos	18.453,4	26.120,0	23.867,6	24.866,7	28.882,0	17.630,9	21.624,9	28.059,3	21.753,6	22.872,3	24.891,6	23.030,2	22.768,8
IR	12.698,2	20.041,6	16.821,7	18.087,1	22.598,7	11.801,8	15.204,6	21.267,7	14.772,3	15.591,0	17.727,4	15.243,5	14.649,7
IR - Pessoa Física	1.301,4	1.342,4	1.291,6	718,9	667,8	612,3	609,9	4.140,9	1.570,3	1.327,2	1.473,1	1.346,1	1.184,9
IR - Pessoa Jurídica	5.270,7	11.533,0	7.345,1	5.816,5	11.796,5	4.980,7	6.816,3	9.447,4	5.349,6	4.775,6	9.125,9	6.518,7	6.025,5
IR - Retido na Fonte	6.126,1	7.166,2	8.185,0	11.551,7	10.134,4	6.208,8	7.778,4	7.679,4	7.852,5	9.488,1	7.128,5	7.378,8	7.439,2
IRRF - Rendimentos do Trabalho	3.864,6	3.979,5	4.972,6	5.131,0	6.131,5	4.182,8	5.213,3	4.868,4	4.522,4	4.395,1	4.489,0	4.748,4	4.655,6
IRRF - Rendimentos do Capital	1.049,4	1.621,4	1.303,1	4.444,6	2.387,0	1.113,0	1.232,4	1.523,8	1.409,6	3.749,3	1.350,7	1.336,9	1.270,9
IRRF - Remessas ao Exterior	639,9	892,6	957,7	1.465,5	998,0	489,1	840,2	750,4	1.366,0	823,8	770,7	761,3	911,5
IRRF - Outros Rendimentos	572,2	672,6	951,6	510,6	617,7	423,9	492,5	536,8	554,5	520,0	518,1	532,2	601,3
IPI	2.656,2	2.997,2	3.215,0	3.189,2	2.876,5	2.548,8	2.751,5	3.195,2	3.170,4	3.377,3	3.181,7	3.504,3	3.633,2
IPI - Fumo	281,5	310,4	311,1	305,4	339,9	318,6	295,3	319,8	282,6	363,0	281,2	268,3	299,8
IPI - Bebidas	174,9	190,6	211,2	229,8	283,2	181,6	168,7	180,1	182,9	175,7	191,2	176,7	191,8
IPI - Automóveis	195,7	228,7	285,2	315,8	288,3	241,2	282,4	436,3	519,5	523,9	442,6	529,6	589,3
IPI - Vinculado a importação	717,4	742,8	750,2	791,2	716,8	716,8	905,2	802,8	902,4	957,5	959,8	1.059,7	1.069,0
IPI - Outros	1.286,6	1.524,7	1.657,3	1.546,9	1.248,3	1.090,7	1.100,0	1.456,1	1.283,1	1.357,3	1.307,9	1.470,0	1.483,3
IOF	1.453,3	1.581,5	2.238,1	2.133,2	1.958,9	1.896,9	1.917,7	2.091,6	2.133,9	2.162,7	2.171,8	2.201,3	2.200,5
Imposto de Importação	1.378,0	1.444,4	1.536,6	1.424,4	1.440,3	1.376,5	1.743,0	1.496,3	1.669,2	1.735,3	1.804,5	1.982,3	1.957,8
Outros	267,7	55,3	56,4	32,7	7,6	6,8	8,1	8,5	7,7	5,9	6,1	8,7	327,6
I.1.1.2. Contribuições	18.158,9	20.895,5	21.057,7	19.785,2	23.440,0	17.381,5	18.550,6	20.901,3	18.426,6	18.854,9	20.700,8	19.766,3	20.343,1
COFINS	10.260,1	11.016,8	12.240,3	12.218,5	11.494,9	10.112,4	10.485,7	11.286,0	10.924,5	11.445,1	11.203,9	11.508,6	12.121,0
CPMF	39,0	5,7	96,4	4,4	8,8	13,1	5,0	4,0	3,7	8,3	16,1	8,7	8,5
CSLL	3.306,2	5.040,0	3.830,1	2.679,6	6.331,8	2.835,6	3.429,3	4.903,6	2.885,1	2.551,7	4.678,3	3.302,1	2.849,4
CIDE-Combustíveis	609,6	618,2	639,5	632,4	690,2	680,1	586,2	562,4	530,5	581,6	682,0	700,0	683,0
Pis/Pasep	2.807,7	3.131,8	3.132,1	3.064,0	3.029,6	2.605,2	2.772,6	2.973,8	2.898,4	3.009,5	2.960,7	2.988,0	3.225,9
Salário Educação	784,3	769,4	773,8	813,8	1.421,9	831,1	823,9	826,0	838,4	870,5	862,1	883,9	931,0
Outras	352,1	313,5	345,5	372,5	462,8	304,0	447,9	345,5	346,1	388,2	297,7	374,9	524,2
I.1.1.3. Demais	3.613,3	8.709,8	14.583,7	12.276,0	8.166,6	7.017,7	6.591,5	13.629,0	8.781,3	5.034,2	8.423,0	11.414,1	79.867,2
CPSS ¹	704,1	749,9	1.208,2	971,1	781,7	757,2	759,1	770,3	784,5	763,1	827,4	822,2	856,8
Cota parte de compensações financeiras	1.156,9	3.712,9	1.268,8	1.269,3	3.837,3	1.330,2	1.271,8	3.953,3	1.393,9	1.124,0	3.670,1	1.087,7	1.127,3
Diretamente arrecadadas	1.772,8	1.599,1	1.644,9	1.801,8	2.229,3	1.624,3	2.112,3	4.121,4	2.488,7	1.834,5	1.960,9	1.955,4	1.901,5
Concessões	1.150,1	174,7	12,6	105,4	233,5	7,1	19,0	15,3	130,3	44,1	54,0	14,9	16,6
Dividendos	37,9	27,5	2.509,6	5.872,2	78,9	2.052,2	1.069,0	4.014,8	1.760,3	59,0	934,2	6.795,1	42,9
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	74.807,6
Outras	-1.208,5	2.445,7	7.939,6	2.256,2	1.006,0	-1.246,6	1.360,3	754,0	2.223,6	1.209,5	976,4	738,7	1.114,5
I.1.2. (-) Restituições	-998,1	-1.358,0	-2.319,7	-3.130,6	-822,0	-329,0	-274,4	-445,9	-236,0	-2.065,8	-2.492,3	-1.929,2	-1.147,4
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	-5,2	0,0	0,0	-89,4	0,0	-4,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	14.091,0	14.864,9	16.808,5	25.591,5	14.076,0	15.207,3	15.882,9	16.330,1	16.581,7	16.580,3	16.844,4	17.330,6	17.127,5
Urbana	13.727,8	14.496,9	16.410,0	25.147,2	13.720,4	14.884,1	15.506,0	15.932,4	16.154,9	16.195,4	16.454,8	16.904,0	16.715,7
Rural	363,2	368,0	398,5	444,3	355,6	323,2	377,0	397,7	426,8	384,9	389,6	426,6	411,8
I.3. Receitas do Banco Central	185,0	177,8	242,1	258,6	161,7	198,8	174,8	185,5	187,5	189,7	193,1	197,5	265,5
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	8.111,1	10.946,5	12.176,5	13.896,2	10.650,6	12.953,3	9.015,0	11.606,6	13.952,2	10.980,3	8.563,9	12.008,1	9.880,7
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	6.436,3	7.431,5	9.145,5	12.046,9	7.688,1	9.316,4	6.968,0	8.312,3	10.168,8	8.903,9	6.648,2	8.788,5	7.387,7
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 ²	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	650,0
II.3. Transferências da Cide	0,0	406,4	0,0	0,0	453,1	0,0	0,0	454,7	0,0	0,0	388,7	0,0	0,0
II.4. Demais	1.512,3	2.946,2	2.868,5	1.686,9	2.346,8	3.474,4	1.884,5	2.677,1	3.620,8	1.913,9	1.364,5	3.057,1	1.843,1
II.4.1. Salário Educação	447,4	470,6	461,7	464,3	488,3	853,2	498,7	494,3	495,6	503,0	522,3	517,3	530,3
II.4.2. Royalties (lei nº 9.478/97)	764,8	796,1	2.100,2	917,3	879,2	2.169,5	932,1	872,9	2.324,2	956,1	832,2	2.085,6	816,1
II.4.3. Fundef/Fundeb	283,2	566,4	283,2	283,2	441,1	441,1	441,1	441,1	788,4	443,1	0,0	443,1	478,6
II.4.4. Outras	16,9	1.113,1	23,4	22,1	538,2	10,7	12,7	868,8	12,7	11,7	10,0	11,2	18,0

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.² Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

	Set/2009	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2010
I. DESPESA TOTAL	53.206,0	47.228,6	51.400,6	63.830,6	49.382,1	45.340,2	58.091,4	50.366,4	52.053,4	49.816,8	59.221,3	53.800,9	103.287,5
I.1. Pessoal e Encargos Sociais¹	11.701,8	11.746,6	13.400,3	16.869,3	14.222,6	12.139,5	15.159,4	11.972,0	12.412,9	12.284,4	15.787,9	12.904,9	12.914,4
I.2. Benefícios Previdenciários	23.263,8	17.639,1	19.924,7	23.835,0	17.784,4	18.988,4	22.609,3	19.341,9	19.171,2	19.358,6	19.410,1	22.746,2	26.318,7
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano ²	18.602,7	14.152,4	15.956,6	19.097,6	14.247,2	15.201,6	18.096,7	15.487,8	15.352,0	15.501,1	15.540,8	17.672,8	21.299,6
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Rural ²	4.661,1	3.486,7	3.968,1	4.737,5	3.537,2	3.786,8	4.512,6	3.854,1	3.819,3	3.857,6	3.869,2	5.073,4	5.019,1
I.3. Custeio e Capital	17.891,3	17.491,6	17.640,5	22.657,2	17.126,8	13.930,7	19.935,4	18.686,1	20.147,0	17.817,7	23.683,8	17.763,9	63.670,5
I.3.1. Despesa do FAT	2.347,3	2.462,8	2.101,1	2.151,7	1.425,6	1.799,6	2.077,6	1.976,4	2.018,0	1.729,7	5.311,8	3.323,8	2.727,8
I.3.1.1. Abono e Seguro Desemprego	2.312,5	2.409,1	2.049,8	2.093,5	1.402,5	1.741,7	2.027,5	1.932,1	1.979,0	1.681,5	5.270,2	3.284,8	2.698,6
I.3.1.2. Demais Despesas do FAT	34,8	53,7	51,3	58,2	23,1	57,9	50,1	44,3	38,9	48,3	41,7	39,0	29,2
I.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ³	940,3	1.443,5	722,7	479,4	965,9	755,0	1.080,5	651,3	687,2	882,1	396,1	374,7	510,1
I.3.2.1. Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	733,9	1.264,3	401,8	356,3	771,3	492,2	857,2	369,5	410,7	635,2	209,9	127,8	309,7
Equalização de custeio agropecuário	2,4	2,0	2,3	2,6	3,0	3,4	4,3	4,2	4,9	5,4	5,8	5,1	4,3
Equalização de invest. rural e agroindustrial ⁴	23,2	-1,8	6,2	0,4	7,9	-0,1	0,7	1,0	0,5	0,6	1,0	-13,5	0,3
Política de preços agrícolas	290,5	1.030,3	172,0	60,2	467,3	270,4	439,0	198,1	277,9	419,7	124,6	91,4	185,7
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,1	0,1	0,1	86,5	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,2
Equalização Aquisições do Governo Federal	212,3	1.003,4	131,9	-50,9	259,6	200,2	197,6	135,9	185,2	229,7	33,1	11,1	23,4
Garantia à Sustentação de Preços	78,2	26,8	40,0	111,0	121,2	70,0	241,2	62,0	92,4	189,6	91,2	80,0	162,0
Pronaf	217,6	110,5	82,0	-3,7	23,0	17,9	149,2	24,5	-1,2	14,8	15,3	31,7	21,5
Equalização Empréstimo do Governo Federal	363,4	7,7	49,0	10,2	19,3	7,3	138,5	4,2	5,5	3,8	15,2	15,2	2,2
Concessão de Financiamento ⁵	-145,9	102,9	33,1	-13,9	3,7	10,5	10,7	20,4	-6,7	11,0	0,1	16,5	19,3
Proex	-32,1	-9,8	-3,4	27,1	-125,3	-29,3	6,4	-28,5	14,9	36,4	-36,5	-11,1	29,8
Equalização Empréstimo do Governo Federal	11,9	19,8	7,3	33,7	5,5	0,5	30,7	7,4	18,6	16,3	63,8	1,5	39,7
Concessão de Financiamento ⁵	-43,9	-29,7	-10,7	-6,6	-130,8	-29,8	-24,4	-35,8	-3,7	20,1	-100,3	-12,6	-9,8
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ⁶	0,9	1,0	2,3	199,7	29,4	0,0	32,1	2,3	58,2	104,1	67,8	0,0	15,9
Cacau	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	11,2	3,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo da terra/ INCRA ⁵	81,4	130,2	113,4	69,4	236,9	75,1	66,8	68,0	44,1	49,2	34,6	7,7	53,2
Funcafé	1,6	1,2	3,3	2,9	20,0	5,4	9,0	16,2	12,5	6,3	0,3	0,7	1,8
Revitaliza	0,0	0,0	25,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ⁵	-1,6	-2,6	-2,5	-2,3	-1,7	-0,9	-0,9	-1,4	-1,2	-1,2	-3,1	-5,2	-2,8
Capitalização à Emgea	138,8	0,0	0,0	0,0	110,9	150,4	150,6	85,0	0,0	0,0	0,0	21,1	0,0
I.3.2.2. Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	206,4	179,2	321,0	123,0	194,7	262,8	223,3	281,8	276,5	246,9	186,2	247,0	200,3
I.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁷	1.610,9	1.628,5	1.633,9	1.641,6	1.587,6	1.977,7	1.830,2	1.835,1	1.827,6	1.851,7	1.893,8	1.869,8	1.873,1
I.3.4. Capitalização da Petrobras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42.927,8
I.3.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	12.992,8	11.956,6	13.182,8	18.384,6	13.147,7	9.398,4	14.947,2	14.223,4	15.614,2	13.354,2	16.082,0	12.195,6	15.631,7
I.3.5.1. Sentenças Judiciais	17,4	17,0	14,2	13,3	9,1	6,7	83,5	1.187,8	789,3	47,6	40,8	44,0	42,1
I.3.5.2. Legislativo/Judiciário	441,6	421,1	452,5	596,4	435,1	434,1	581,0	504,2	551,2	533,5	557,5	587,9	627,8
Legislativo	84,9	73,6	93,2	111,8	73,5	87,3	107,7	103,1	106,2	93,3	92,1	103,3	78,9
Judiciário	356,7	347,5	359,2	484,6	361,6	346,8	473,3	401,1	445,0	440,2	465,4	484,5	549,0
I.3.5.3. Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	326,5	131,6	146,4	262,1	339,9	141,8	387,8	1.391,3	1.101,6	625,4	837,9	818,5	612,5
I.3.5.4. Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	1.760,1	1.925,0	2.038,9	4.478,4	1.066,4	1.212,9	1.739,0	1.392,0	1.750,3	1.821,8	1.623,6	1.290,8	2.352,4
I.3.5.5. Outras Obrigatórias	31,0	121,3	160,5	236,0	456,6	64,9	228,0	99,3	336,2	115,5	123,8	107,5	84,6
I.3.5.6. Discricionárias	10.416,3	9.340,6	10.370,4	12.798,4	10.840,6	7.538,0	11.928,0	9.648,6	11.085,6	10.210,4	12.898,5	9.347,0	11.912,2
I.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	102,1	104,1	104,0	142,1	78,5	113,2	96,3	99,9	95,5	94,8	100,4	102,8	132,0
I.5. Despesas do Banco Central	247,0	247,2	331,2	326,9	169,7	168,4	290,9	266,5	226,8	261,3	239,2	283,0	251,9
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	843,0	876,7	1.493,7	1.241,1	833,6	926,8	847,2	931,4	879,6	886,6	968,2	974,4	981,2
RMV ⁷	153,9	152,6	151,1	149,9	144,6	176,8	160,3	158,9	156,3	155,8	155,9	152,9	151,5

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

² Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

³ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁴ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais", nos valores de R\$ 13,6 milhões em agosto e R\$ em 2,0 milhões em outubro de 2009.

⁵ Concessão de empréstimos menos retornos.

⁶ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

⁷ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

TABELA A4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL *

R\$ milhões

	Set/2009	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2010
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	51.628,9	62.871,4	78.867,4	93.506,6	52.555,0	68.644,6	62.503,3	67.956,8	73.282,3	62.798,6	62.136,1	73.263,8	73.289,8
I.1 - Recolhimento Bruto	35.731,1	44.224,3	60.061,0	65.362,1	34.740,0	51.423,9	43.189,7	47.965,8	53.844,1	44.378,1	41.173,6	53.007,2	53.084,6
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	-5,2	0,0	0,0	-89,4	0,0	-12,4	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.245,3	1.774,8	1.602,3	1.660,2	1.112,0	1.501,4	2.318,7	1.799,7	1.619,9	1.666,8	1.662,2	1.682,2	1.669,9
I.4 - Receita das Operações de Crédito	339,1	124,7	128,6	120,5	208,0	57,0	111,4	101,2	113,3	193,3	261,1	92,5	233,6
I.5 - Receita do Salário Educação	870,6	853,9	858,4	902,1	1.585,4	922,0	909,9	917,2	931,5	966,3	954,2	980,8	1.032,0
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	13.442,7	15.893,8	16.217,2	25.461,8	14.914,7	14.740,3	15.973,6	17.262,2	16.773,6	15.606,5	18.084,9	17.501,1	17.269,7
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	67.088,5	61.280,4	75.312,7	74.712,9	68.407,7	54.440,4	58.270,3	51.856,0	60.482,7	59.312,7	56.904,0	72.779,4	50.184,7
II.1 - Liberações Vinculadas	10.489,7	12.765,1	14.947,3	16.982,1	11.849,4	12.847,7	10.131,6	13.431,6	14.233,2	12.284,3	10.193,1	12.399,6	11.689,7
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	6.859,8	7.918,5	9.753,5	12.702,5	8.193,0	9.932,8	7.425,9	8.861,0	10.844,3	9.490,2	7.079,2	9.366,2	7.869,9
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.170,8	1.881,4	2.585,5	1.399,4	21,9	10,8	12,3	68,8	12,7	11,8	9,9	11,3	18,1
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	162,5	162,5	162,5	162,5	679,1	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	650,0
II.1.4 - Outras Vinculações	2.296,7	2.802,6	2.445,9	2.717,7	2.955,4	2.741,7	2.530,9	2.739,4	3.213,7	2.619,8	2.941,5	2.859,6	3.151,7
II.2 - Liberações Ordinárias	56.598,9	48.515,4	60.365,4	57.730,8	56.558,3	41.592,7	48.138,7	38.424,4	46.249,5	47.028,4	46.710,9	60.379,8	38.495,0
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	12.650,0	12.944,6	18.721,5	14.850,2	879,2	2.169,5	932,0	872,9	2.249,6	956,1	832,2	2.087,5	816,1
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	115,8	1.000,9	136,8	872,2	980,1	308,2	938,6	1.503,1	439,1	2.701,0	2.103,4	2.408,9	814,0
i) Dívida Contratual Interna	98,4	100,7	95,8	102,7	71,0	100,9	103,5	102,0	93,3	93,9	101,8	102,3	99,3
ii) Dívida Contratual Externa	17,4	900,2	41,0	769,5	909,1	207,3	835,1	1.401,1	345,7	2.607,1	2.001,6	2.306,6	714,7
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	9.522,0	4.209,5	8.566,0	5.923,0	17.020,8	3.810,6	7.909,6	1.181,6	7.209,5	5.118,8	13.759,0	7.043,6	3.988,7
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	19.681,1	16.763,8	18.130,5	14.284,9	25.041,7	21.868,4	22.748,3	18.717,6	19.259,7	19.314,4	15.228,5	32.287,4	15.724,4
II.2.5 - Custeio e Investimento	14.054,6	13.366,4	14.542,2	21.422,6	12.328,9	13.320,3	15.099,2	15.994,0	16.886,1	18.518,4	14.512,9	16.376,1	16.765,7
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	575,3	230,3	268,3	377,8	307,7	115,8	511,0	155,3	205,5	419,8	274,9	176,1	386,0
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	-15.459,6	1.591,0	3.554,7	18.793,8	-15.852,7	14.204,2	4.233,0	16.100,8	12.799,6	3.485,9	5.232,1	484,4	23.105,1
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	52.647,3	46.679,4	35.717,8	121.069,3	41.250,2	36.383,5	86.856,2	30.352,8	14.882,9	31.923,2	41.348,4	47.784,6	35.096,9
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	51.156,8	45.436,1	34.755,1	119.788,8	40.433,8	34.502,9	85.622,4	29.008,3	13.640,4	30.922,6	40.328,8	45.015,6	33.922,9
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.490,5	1.243,2	962,8	1.280,5	816,4	1.880,6	1.233,9	1.344,5	1.242,6	1.000,7	1.019,6	2.769,0	1.174,0
V. DESPESAS	31.410,9	39.617,4	12.656,8	27.351,7	83.287,1	1.777,3	35.107,0	19.237,8	2.437,0	46.678,8	46.687,0	35.197,1	36.152,7
V.1 - Amortização da Dívida Interna	31.358,2	38.599,9	10.386,8	26.721,4	82.852,6	655,5	34.462,3	17.935,4	720,0	45.246,8	44.639,7	32.078,7	33.817,5
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	31.175,0	38.402,0	10.200,0	26.438,5	82.719,2	470,4	34.270,4	17.738,4	520,0	45.048,1	44.444,8	31.880,5	33.611,3
V.1.2 - Dívida Contratual	183,2	197,9	186,8	282,9	133,4	185,0	191,9	197,0	200,0	198,7	194,9	198,2	206,2
V.2 - Amortização da Dívida Externa	52,7	1.017,5	2.269,9	630,3	434,5	1.121,8	644,7	1.302,3	1.717,0	1.432,0	2.047,3	3.118,3	2.335,2
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	19.981,8	7.034,1	24.555,1	93.350,3	-42.285,4	34.032,5	51.352,0	11.269,8	13.120,3	-14.125,5	-4.116,0	13.135,1	311,6
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	-210,5	-9.688,9	-7.895,6	-4.763,1	-40.661,5	1.023,5	3.357,8	-7.470,0	9.438,0	3.182,1	-5.261,2	-11.564,8	23.964,3
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	5.566,2	-1.035,9	18.720,1	107.748,2	-98.551,2	49.833,9	59.340,1	19.745,8	34.683,6	-8.087,5	-5.367,7	1.507,1	46.013,6

* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revisados, sujeitos a alteração.

TABELA A5 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Set/2009	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2010
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	2.989,5	2.641,5	3.017,7	3.165,5	4.338,5	3.023,5	3.357,8	8.230,0	12.433,2	3.182,1	29.765,8	6.638,7	23.964,3
I.1. Emissão de Títulos	0,0	0,0	0,0	0,0	1.570,1	0,0	0,0	5.137,4	8.934,5	0,0	27.136,9	3.727,4	10.354,7
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.830,5	2.519,3	2.898,9	3.098,8	2.609,8	2.779,5	2.824,2	2.915,1	3.341,1	3.048,5	2.512,3	2.818,2	2.584,6
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	159,0	122,2	118,8	66,7	158,6	244,1	533,6	177,5	157,5	133,6	116,5	93,1	18,7
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	11.006,3
II. DESPESAS NO BACEN	3.200,0	12.330,5	10.913,3	7.928,6	-45.000,0	-2.000,0	0,0	-15.700,0	-2.995,2	0,0	-35.027,0	-18.203,4	0,0
II.1. Resgate de Títulos	2.100,0	11.210,0	8.102,2	5.857,9	-36.000,0	0,0	0,0	-14.000,0	0,0	0,0	-27.277,0	-13.947,0	0,0
II.2. Encargos da DPMF	1.100,0	1.120,5	2.811,1	2.070,7	-9.000,0	-2.000,0	0,0	-1.700,0	-2.995,2	0,0	-7.750,0	-4.256,5	0,0
III. RESULTADO (I - II)	-210,5	-9.688,9	-7.895,6	-4.763,1	49.338,5	5.023,5	3.357,8	23.930,0	15.428,3	3.182,1	64.792,8	24.842,1	23.964,3

* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A6 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Set/2009	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2010
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	643.366,4	665.279,3	665.799,6	723.890,2	710.753,8	721.312,7	787.061,2	781.088,4	792.283,3	803.351,6	817.022,7	826.477,8	799.254,0
I.1. DÍVIDA INTERNA	1.917.834,7	1.919.935,6	1.940.698,1	2.037.584,5	1.949.887,6	1.994.164,7	2.057.893,3	2.145.910,6	2.183.702,1	2.186.322,4	2.176.221,2	2.184.157,1	2.210.320,0
DPMFi em Poder do Público ¹	1.385.888,8	1.370.813,0	1.389.867,6	1.398.415,5	1.355.728,1	1.397.662,8	1.400.381,9	1.492.913,0	1.519.562,6	1.516.501,2	1.509.118,2	1.524.605,6	1.534.404,6
DPMFi em Poder do Banco Central	530.202,9	547.458,8	549.108,3	637.815,0	600.725,7	603.739,1	665.276,3	661.210,1	673.434,7	679.634,6	677.226,9	668.964,3	684.898,5
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-19.547,2	-19.535,5	-19.368,0	-19.603,2	-23.320,2	-23.752,1	-24.046,9	-24.257,8	-25.117,4	-25.359,5	-25.469,7	-24.510,4	-23.820,3
Demais Obrigações Internas	21.290,2	21.199,4	21.090,2	20.957,2	16.753,9	16.515,0	16.282,0	16.045,2	15.822,3	15.546,0	15.345,9	15.097,6	14.837,2
I.2. HAVERES INTERNOS	1.274.468,3	1.254.656,3	1.274.898,5	1.313.694,3	1.239.133,8	1.272.851,9	1.270.832,2	1.364.822,2	1.391.418,9	1.382.970,8	1.359.198,5	1.357.679,2	1.411.066,0
Disponibilidades Internas	376.166,2	354.762,6	374.151,7	406.470,3	323.739,2	354.981,9	351.257,7	369.467,0	383.679,0	365.919,2	341.917,6	337.652,0	360.072,9
Haveres junto aos Governos Regionais	437.716,3	437.968,2	437.655,7	437.364,9	437.876,7	440.663,7	443.630,7	445.301,5	447.019,1	453.129,7	454.157,0	453.071,2	457.075,3
Haveres da Administração Indireta	215.727,5	217.463,7	219.043,7	221.509,8	220.708,4	221.446,7	221.668,8	222.459,8	224.413,0	226.185,5	226.310,4	229.094,0	231.884,8
Haveres Administrados pela STN	244.858,4	244.461,9	244.047,4	248.349,3	256.809,5	255.759,6	254.275,0	327.593,9	336.307,7	337.736,4	336.813,5	337.862,0	362.033,1
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	102.844,3	101.364,9	101.723,8	98.743,6	101.634,7	97.028,6	94.479,0	91.901,3	94.475,2	95.542,7	91.915,1	93.168,9	91.501,1
II.1. DÍVIDA EXTERNA	103.041,9	101.615,1	101.976,2	98.974,4	101.927,8	97.307,0	94.740,1	92.158,2	94.853,1	95.904,1	92.257,3	93.502,7	91.763,7
Dívida Mobiliária	80.266,4	79.552,6	80.080,9	78.904,7	80.385,9	76.578,4	74.635,5	72.913,1	75.010,9	74.827,5	71.695,2	73.009,0	72.090,9
Dívida Contratual	22.775,5	22.062,6	21.895,4	20.069,7	21.541,9	20.728,6	20.104,6	19.245,1	19.842,1	21.076,6	20.562,0	20.493,7	19.672,8
II.2. HAVERES EXTERNOS	197,6	250,3	252,4	230,7	293,1	278,3	261,1	256,8	377,9	361,4	342,2	333,7	262,6
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	197,6	250,3	252,4	230,7	293,1	278,3	261,1	256,8	377,9	361,4	342,2	333,7	262,6
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	746.210,7	766.644,1	767.523,5	822.633,8	812.388,6	818.341,4	881.540,2	872.989,7	886.758,4	898.894,3	908.937,7	919.646,8	890.755,2
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB²	24,5%	25,1%	25,0%	26,3%	25,4%	25,1%	26,5%	25,8%	25,6%	25,7%	25,8%	25,8%	24,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

² PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A7 - DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Set/2009	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2010
I. DÍVIDA INTERNA	1.917.834,7	1.919.935,6	1.940.698,1	2.037.584,5	1.949.887,6	1.994.164,7	2.057.893,3	2.145.910,6	2.183.702,1	2.186.322,4	2.176.221,2	2.184.157,1	2.210.320,0
I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO¹	1.385.888,8	1.370.813,0	1.389.867,6	1.398.415,5	1.355.728,1	1.397.662,8	1.400.381,9	1.492.913,0	1.519.562,6	1.516.501,2	1.509.118,2	1.524.605,6	1.534.404,6
LFT	511.364,2	516.223,4	519.676,3	500.224,2	517.195,8	526.403,3	500.457,9	536.704,9	542.559,5	509.085,5	516.773,1	523.588,7	502.609,7
LTN	246.156,7	214.246,5	232.589,4	247.269,5	214.563,2	229.229,9	240.957,3	272.071,3	282.221,3	299.015,5	296.011,3	318.217,5	336.925,8
NTN-B	324.946,6	330.145,6	322.134,5	329.996,9	341.459,1	351.579,4	361.080,0	368.096,3	367.402,7	373.467,9	379.426,0	353.425,2	357.235,9
NTN-C	57.299,3	57.186,4	57.677,5	58.006,3	56.882,5	57.943,2	58.654,9	58.937,0	60.109,0	61.101,0	59.849,2	60.810,4	61.840,3
NTN-F	206.634,1	213.814,0	218.763,9	224.206,1	186.499,8	193.779,0	200.634,6	219.519,3	229.090,7	235.781,5	219.050,5	231.439,4	239.011,6
Dívida Securitizada	12.113,2	12.113,4	12.068,6	12.058,1	11.945,0	11.896,1	11.856,3	11.306,0	11.294,4	11.254,2	11.322,1	10.290,0	10.276,6
Demais Títulos em Poder do Público	27.375,0	27.083,6	26.957,4	26.654,4	27.182,8	26.831,8	26.740,9	26.278,2	26.885,2	26.795,7	26.685,9	26.834,4	26.504,6
I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL	530.202,9	547.458,8	549.108,3	637.815,0	600.725,7	603.739,1	665.276,3	661.210,1	673.434,7	679.634,6	677.226,9	668.964,3	684.898,5
LFT	227.837,0	229.417,8	230.933,6	242.856,3	244.459,8	245.912,0	247.780,2	249.427,5	251.300,4	253.289,2	259.780,5	262.086,7	264.297,8
LTN	103.792,4	96.592,4	100.486,6	132.190,7	103.068,7	103.862,7	120.428,9	107.551,9	108.522,4	109.507,1	105.595,0	108.398,2	109.372,3
Demais Títulos na Carteira do BCB	198.573,5	221.448,5	217.688,1	262.768,1	253.197,3	253.964,4	297.067,2	304.230,8	313.611,8	316.838,4	311.851,3	298.479,4	311.228,4
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	-19.547,2	-19.535,5	-19.368,0	-19.603,2	-23.320,2	-23.752,1	-24.046,9	-24.257,8	-25.117,4	-25.359,5	-25.469,7	-24.510,4	-23.820,3
I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	21.290,2	21.199,4	21.090,2	20.957,2	16.753,9	16.515,0	16.282,0	16.045,2	15.822,3	15.546,0	15.345,9	15.097,6	14.837,2
II. DÍVIDA EXTERNA	103.041,9	101.615,1	101.976,2	98.974,4	101.927,8	97.307,0	94.740,1	92.158,2	94.853,1	95.904,1	92.257,3	93.502,7	91.763,7
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	80.266,4	79.552,6	80.080,9	78.904,7	80.385,9	76.578,4	74.635,5	72.913,1	75.010,9	74.827,5	71.695,2	73.009,0	72.090,9
Euro	9.776,6	9.731,3	10.014,7	9.382,0	9.618,9	7.865,3	7.342,1	7.080,1	6.850,5	6.706,5	6.842,8	6.687,0	6.797,1
Global US\$	59.927,8	59.164,5	59.309,5	58.668,0	60.085,2	57.942,7	56.463,4	54.894,9	57.113,7	56.975,6	54.203,2	55.576,3	54.489,5
Global BRL	10.340,4	10.438,4	10.536,4	10.634,3	10.443,2	10.538,8	10.635,4	10.748,4	10.846,7	10.945,9	10.453,8	10.549,4	10.645,9
Demais Títulos Externos	221,6	218,5	220,4	220,3	238,7	231,6	194,5	189,7	200,1	199,4	195,5	196,4	158,4
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	22.775,5	22.062,6	21.895,4	20.069,7	21.541,9	20.728,6	20.104,6	19.245,1	19.842,1	21.076,6	20.562,0	20.493,7	19.672,8
Organismos Multilaterais	19.224,3	18.747,4	18.534,1	16.855,2	17.963,4	17.278,1	16.802,4	16.202,2	16.650,7	17.952,2	17.503,3	17.431,2	16.750,4
Credores Privados e Ag. Governamentais	3.551,3	3.315,2	3.361,2	3.214,5	3.578,5	3.450,5	3.302,2	3.042,9	3.191,4	3.124,4	3.058,8	3.062,5	2.922,4
III. DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL (I+II)	2.020.876,7	2.021.550,7	2.042.674,3	2.136.558,9	2.051.815,4	2.091.471,6	2.152.633,4	2.238.068,8	2.278.555,2	2.282.226,4	2.268.478,5	2.277.659,7	2.302.083,8
DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL/PIB¹²	66,3%	66,3%	66,4%	68,2%	64,2%	64,0%	64,8%	66,3%	65,8%	65,2%	64,5%	63,9%	63,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

¹² PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A8 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Set/2010	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2010
I. HAVERES INTERNOS	1.274.468,3	1.254.656,3	1.274.898,5	1.313.694,3	1.239.133,8	1.272.851,9	1.270.832,2	1.364.822,2	1.391.418,9	1.382.970,8	1.359.198,5	1.357.679,2	1.411.066,0
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	376.166,2	354.762,6	374.151,7	406.470,3	323.739,2	354.981,9	351.257,7	369.467,0	383.679,0	365.919,2	341.917,6	337.652,0	360.072,9
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	437.716,3	437.968,2	437.655,7	437.364,9	437.876,7	440.663,7	443.630,7	445.301,5	447.019,1	453.129,7	454.157,0	453.071,2	457.075,3
Bônus Renegociados	6.459,3	6.010,3	6.065,0	6.071,5	6.503,9	6.337,6	6.187,9	5.738,8	5.996,7	5.977,3	5.792,3	5.840,4	5.618,6
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	2.590,1	2.563,0	2.534,2	2.506,8	2.478,8	2.450,0	2.423,2	2.393,7	2.365,9	2.338,4	2.313,8	2.287,4	2.259,8
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	10.902,4	10.903,5	10.877,2	10.858,3	10.831,7	10.914,1	11.005,7	11.047,3	11.098,8	11.244,4	11.253,7	11.249,3	11.343,5
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	355,7	323,8	296,4	2,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	38.498,9	38.266,3	37.954,9	37.630,7	37.303,1	36.978,4	36.687,9	36.403,4	36.096,6	35.775,6	35.503,9	35.133,0	34.817,1
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	315.221,5	316.015,0	316.055,9	316.363,9	316.691,0	320.071,0	323.049,5	325.164,1	326.658,1	331.956,0	333.230,8	333.281,3	337.005,7
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	50.007,9	50.193,7	50.245,3	50.343,2	50.567,3	51.203,5	51.612,1	51.995,7	52.432,7	53.306,7	53.556,6	52.815,3	53.494,4
Antecipação de Royalties	11.221,0	11.262,4	11.213,4	11.197,4	11.078,8	10.282,3	10.261,7	10.162,7	9.943,1	10.087,6	10.064,5	10.022,1	10.114,5
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.459,4	2.430,2	2.413,5	2.390,3	2.422,0	2.426,7	2.402,7	2.395,7	2.427,3	2.443,7	2.441,5	2.442,4	2.421,7
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	215.727,5	217.463,7	219.043,7	221.509,8	220.708,4	221.446,7	221.668,8	222.459,8	224.413,0	226.185,5	226.310,4	229.094,0	231.884,8
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	137.180,5	138.107,3	139.286,9	140.673,7	139.187,2	139.798,6	140.442,2	141.062,9	142.490,8	143.357,4	141.199,0	142.409,2	143.340,3
Fundos Constitucionais Regionais	49.917,0	50.476,1	51.225,2	51.774,9	52.392,9	52.909,1	53.399,1	54.092,4	54.695,0	55.206,1	55.805,6	56.328,6	56.839,2
Fundos Diversos	28.630,0	28.880,3	28.531,6	29.061,2	29.128,3	28.739,1	27.827,4	27.304,6	27.227,2	27.622,0	29.305,8	30.356,1	31.705,2
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	244.858,4	244.461,9	244.047,4	248.349,3	256.809,5	255.759,6	254.275,0	327.593,9	336.307,7	337.736,4	336.813,5	337.862,0	362.033,1
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.569,8	5.572,2	5.574,4	5.576,8	5.579,2	5.589,0	5.592,7	5.593,8	5.605,5	5.609,7	5.612,2	5.615,7	5.617,3
Haveres de Operações Estruturadas	50.421,4	49.270,3	49.531,8	49.722,1	50.725,2	50.585,5	50.608,4	50.553,5	50.713,6	51.614,8	51.441,0	51.973,2	52.649,9
Haveres Originários de Privatizações	7.633,6	7.626,6	7.619,6	7.613,4	7.593,0	7.598,1	7.592,7	7.585,2	7.578,3	7.571,6	7.566,1	7.560,2	7.828,1
Haveres de Legislação Específica	154.406,7	154.376,0	153.431,7	157.661,1	164.669,8	163.654,8	162.730,8	236.049,9	244.231,2	244.381,2	243.940,1	244.441,7	267.710,6
Demais Haveres Administrados pela STN	26.826,9	27.616,7	27.889,8	27.775,8	28.242,4	28.332,2	27.750,4	27.811,6	28.179,1	28.559,1	28.254,1	28.271,3	28.227,2
II. HAVERES EXTERNOS	197,6	250,3	252,4	230,7	293,1	278,3	261,1	256,8	377,9	361,4	342,2	333,7	262,6
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	197,6	250,3	252,4	230,7	293,1	278,3	261,1	256,8	377,9	361,4	342,2	333,7	262,6
III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)	1.274.665,9	1.254.906,6	1.275.150,9	1.313.925,1	1.239.426,9	1.273.130,3	1.271.093,2	1.365.079,1	1.391.796,7	1.383.332,2	1.359.540,7	1.358.013,0	1.411.328,6
HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB¹⁾	41,8%	41,2%	41,5%	42,0%	38,8%	39,0%	38,3%	40,4%	40,2%	39,5%	38,6%	38,1%	39,1%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1) PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A9 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO SETEMBRO 2010/2009 *

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2009						2010					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total
Câmara dos Deputados	273.212,6	4.078,6	2.152,5	2.150,5	18.861,3	21.011,8	158.279,2	33.454,3	6.748,9	6.643,1	18.105,4	24.748,6
Senado Federal	45.757,9	13.309,7	5.014,4	5.001,8	6.730,0	11.731,8	60.063,0	18.160,5	4.328,3	4.328,3	6.432,3	10.760,6
Tribunal de Contas da União	41.069,8	18.411,5	3.101,2	3.020,2	11.659,1	14.679,3	59.523,7	35.570,8	9.116,6	9.068,9	22.261,1	31.330,0
Supremo Tribunal Federal	65.813,8	8.392,0	3.357,5	3.357,5	48.702,8	52.060,3	53.195,1	8.788,8	2.979,6	2.976,3	9.166,2	12.142,6
Superior Tribunal de Justiça	14.385,0	6.405,3	4.111,9	4.091,6	7.801,4	11.893,0	19.949,9	6.318,3	4.368,1	4.365,1	16.902,3	21.267,5
Justiça Federal ³	274.324,6	303.335,3	249.739,9	249.580,8	98.942,7	348.523,5	360.506,3	388.340,3	303.367,0	302.864,4	120.311,7	423.176,1
Justiça Militar	10.945,7	5.739,8	2.056,4	1.005,9	2.684,9	3.690,8	9.484,0	4.425,5	890,0	877,8	3.943,8	4.821,6
Justiça Eleitoral	184.130,6	117.629,9	31.477,4	29.691,4	129.752,7	159.444,2	488.882,2	178.557,2	85.184,0	72.110,5	320.953,9	393.064,4
Justiça do Trabalho	213.586,3	80.683,3	25.901,8	25.235,2	120.614,2	145.849,4	190.741,0	91.525,9	37.238,6	31.255,5	104.118,5	135.374,0
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	62.996,0	32.675,4	8.255,6	7.848,2	15.786,9	23.635,1	46.936,2	10.193,1	5.145,9	5.128,4	27.706,9	32.835,3
Conselho Nacional de Justiça	-	-	-	-	-	-	46.253,0	5.416,4	3.885,7	3.883,9	37.217,9	41.101,8
Presidência da República ⁴	2.050.615,3	596.275,7	128.115,5	126.911,4	526.510,9	653.422,3	1.965.183,6	705.881,3	157.322,0	156.910,1	523.199,2	680.109,3
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	389.268,3	103.727,8	18.024,4	17.289,5	25.118,5	42.408,1	764.103,8	96.879,1	64.250,4	64.128,5	250.693,3	314.821,8
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.081.468,4	133.062,8	38.231,8	32.416,7	362.494,1	394.910,8	1.568.977,8	741.804,4	136.114,9	77.203,9	328.798,1	406.002,0
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.435.209,6	778.339,6	425.952,8	339.811,9	353.274,7	693.086,6	1.917.160,8	931.547,0	322.115,7	296.781,4	307.729,4	604.510,8
Ministério da Fazenda	1.301.576,6	82.854,3	38.226,4	38.144,5	49.186,8	87.331,3	1.063.445,3	100.349,3	31.348,0	30.304,9	176.065,9	206.370,8
Ministério da Educação	4.987.354,3	1.546.012,9	543.470,1	518.377,0	1.377.165,4	1.895.542,4	7.267.614,5	3.680.733,1	1.465.273,3	1.330.998,9	2.921.633,5	4.252.632,4
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	153.653,0	14.411,5	12.002,8	11.820,3	12.028,9	23.849,3	316.168,1	30.850,6	5.464,3	5.339,9	13.012,8	18.352,7
Ministério da Justiça	886.250,3	361.007,0	103.686,6	82.375,6	337.200,3	419.575,9	1.263.371,1	278.681,6	88.523,4	80.250,3	333.110,2	413.360,4
Ministério de Minas e Energia	67.156,4	20.569,5	14.008,6	13.577,3	15.367,5	28.944,8	185.803,9	23.063,5	11.437,8	10.600,0	24.406,8	35.006,8
Ministério da Previdência Social	239.409,2	44.663,5	7.640,0	6.288,1	87.112,9	93.401,1	182.063,7	48.912,2	24.365,4	22.227,0	267.195,5	289.422,5
Ministério Público da União	136.062,1	19.447,1	3.585,8	3.557,8	92.054,7	95.612,5	161.765,6	27.902,4	9.413,5	9.257,5	89.912,4	99.169,9
Ministério das Relações Exteriores	97.416,0	20.270,0	19.649,5	19.649,5	1.692,9	21.342,5	163.000,0	30.937,0	26.989,8	26.989,8	3.294,4	30.284,1
Ministério da Saúde	3.785.279,2	581.587,0	199.360,7	194.970,9	1.006.201,8	1.201.172,8	4.702.061,7	1.721.605,5	459.965,2	457.768,5	1.411.056,5	1.868.824,9
Ministério do Trabalho e Emprego	70.592,3	4.371,4	719,7	719,7	12.226,9	12.946,6	44.422,3	6.656,6	2.247,4	2.239,7	25.932,8	28.172,5
Ministério dos Transportes	11.377.843,7	7.300.551,1	1.723.771,9	1.550.931,6	3.567.866,9	5.118.798,5	16.391.707,6	10.783.306,3	3.531.584,8	2.993.221,9	5.265.469,7	8.258.691,5
Ministério das Comunicações	82.929,8	4.218,7	1.428,6	1.428,5	21.491,3	22.919,8	46.941,4	13.405,2	3.084,8	3.084,8	14.190,3	17.275,0
Ministério da Cultura	225.866,2	44.178,4	7.766,5	7.737,7	54.072,9	61.810,6	450.417,3	150.166,0	28.403,8	28.217,4	54.670,7	82.888,1
Ministério do Meio Ambiente	122.117,7	10.500,6	3.909,9	3.875,3	26.241,6	30.116,9	109.337,2	18.105,3	4.171,2	4.166,7	27.885,7	32.052,4
Ministério do Desenvolvimento Agrário	2.139.572,0	900.260,2	475.993,5	475.306,5	316.710,7	792.017,3	1.878.372,4	902.413,8	500.057,2	495.576,8	429.371,4	924.948,3
Ministério do Esporte	1.006.699,9	55.979,4	1.674,0	1.574,0	113.898,0	115.472,0	1.353.415,3	496.747,1	13.821,0	13.821,0	224.235,4	238.056,5
Ministério da Defesa	5.324.215,3	2.363.862,7	1.112.200,2	1.088.029,5	1.184.035,8	2.272.065,3	9.641.945,3	4.495.921,3	2.643.161,6	2.614.908,5	1.891.655,1	4.506.563,6
Ministério da Integração Nacional	5.393.884,8	2.382.776,6	763.901,1	762.010,4	1.446.465,5	2.208.475,9	7.302.042,9	3.896.727,2	1.499.982,9	1.469.905,2	1.981.277,9	3.451.183,1
Ministério do Turismo	1.830.075,0	120.541,3	22.485,7	21.430,4	252.241,8	273.672,2	3.215.866,8	1.446.104,8	28.201,2	27.687,4	455.749,6	483.437,0
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	241.851,9	77.337,0	40.683,9	40.683,9	52.549,9	93.233,7	361.255,8	199.724,7	120.672,5	120.116,7	61.538,0	181.654,7
Ministério das Cidades	8.364.072,4	3.790.826,4	1.122.926,2	1.120.244,7	2.002.101,0	3.122.345,8	8.210.494,0	3.667.786,5	1.252.901,7	1.247.177,0	2.342.022,9	3.589.199,9
Ministério da Pesca e Agricultura	-	-	-	-	-	-	465.301,0	90.732,6	22.525,0	22.525,0	45.601,1	68.126,1
Conselho Nacional do Ministério Público	-	-	-	-	-	-	3.772,8	1.037,9	864,2	864,2	-	864,2
TOTAL	53.976.662,4	21.948.293,3	7.164.584,9	6.810.145,8	13.756.848,2	20.566.994,0	72.489.825,4	35.368.733,6	12.917.515,7	12.055.775,2	20.156.828,6	32.212.603,8

Dados preliminares.

* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

¹ "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

² Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

³ Houve descentralização de crédito para este órgão no valor de R\$ 195,9 milhões, em 2008.

⁴ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XV - nº 9 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

SETEMBRO / 2010

Comentários

Em setembro de 2010, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de -16,5 %, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 5.658.627,0 (mil), ante R\$ 6.778.691,0 (mil), no mês anterior, já descontada a retenção para o FUNDEB (-20%).

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: -> Governo (Estadual ou Municipal) -> Receitas -> Repasses de recursos -> [Clique aqui](#) para acessar o demonstrativo.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	R\$ Mil								
	2009			2010			Variação Nominal		
	Agosto	Setembro	Janeiro a Setembro	Agosto	Setembro	Janeiro a Setembro	Set/2010	Set/2010	Jan a Set/2010
							Ago/2010	Set/2009	Jan a Set/2009
FPM	2.869.923,3	2.540.501,5	27.397.007,3	3.466.376,2	2.893.616,1	29.283.516,7	-16,5%	13,9%	6,9%
FPE	2.742.371,0	2.427.590,1	26.169.273,6	3.312.314,8	2.765.010,8	27.982.025,7	-16,5%	13,9%	6,9%
IPI-Exp	174.592,0	180.979,9	1.585.223,9	252.120,3	251.513,9	2.079.992,6	-0,2%	39,0%	31,2%

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
SETEMBRO	-19 %	-16,5%	- 19 %	-16,5%	+ 3 %	-0,2%

Estimativa Trimestral

FUNDOS	OUT/SET	NOV/OUT	DEZ/NOV *
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	+ 4 %	+ 25 %	+ 11 %
IPI - EXP	+ 3 %	+ 15 %	+ 7 %

*Observação: A previsão da variação de dezembro em relação a novembro não considerou o efeito da parcela do 1% adicional do FPM (CF, Art. 159, I, d.)

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/08/2010 a 20/09/2010, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
AGO/3º DEC	2.265.989	7.022.506	9.288.495	SET/1º DEC	1.597.621	1.671.929	181.279	3.450.829
SET/1º DEC	558.104	1.133.170	1.691.274	SET/2º DEC	290.899	304.429	44.648	639.977
SET/2º DEC	319.831	4.776.045	5.095.875	SET/3º DEC	876.491	917.258	25.586	1.819.335
TOTAL	3.143.924	12.931.720	16.075.644	TOTAL	2.765.011	2.893.616	251.514	5.910.141

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	14.327,1	94.591,0	25,8
ALAGOAS	AL	68.872,1	115.027,2	678,5
AMAZONAS	AM	42.758,8	77.154,9	2.711,7
AMAPÁ	AP	10.263,0	94.342,2	265,3
BAHIA	BA	263.413,2	259.805,9	12.982,4
CEARÁ	CE	151.034,5	202.866,1	2.079,0
DISTRITO FEDERAL	DF	4.844,9	19.084,1	325,3
ESPÍRITO SANTO	ES	49.813,7	41.475,2	12.017,1
GOIÁS	GO	105.673,0	78.612,0	3.924,8
MARANHÃO	MA	120.521,2	199.584,0	2.603,8
MINAS GERAIS	MG	379.392,9	123.167,4	33.284,2
MATO GROSSO DO SUL	MS	44.055,9	36.829,9	2.391,6
MATO GROSSO	MT	53.437,0	63.813,7	3.110,1
PARÁ	PA	105.420,0	168.997,5	13.724,1
PARAÍBA	PB	93.492,5	132.413,6	449,2
PERNAMBUCO	PE	145.367,2	190.791,3	1.484,3
PIAUI	PI	76.702,3	119.487,2	87,1
PARANÁ	PR	196.344,4	79.720,8	22.161,7
RIO DE JANEIRO	RJ	87.518,3	42.241,1	39.686,2
RIO GRANDE DO NORTE	RN	72.937,9	115.519,4	365,9
RONDÔNIA	RO	25.443,5	77.851,6	483,7
RORAIMA	RR	8.910,4	68.591,6	16,8
RIO GRANDE DO SUL	RS	196.193,5	65.110,5	30.028,9
SANTA CATARINA	SC	112.282,4	35.386,6	16.126,8
SERGIPE	SE	42.082,4	114.894,5	125,1
SÃO PAULO	SP	382.373,6	27.650,1	50.302,8
TOCANTINS	TO	40.140,4	120.001,5	71,8
TOTAL		2.893.616,1	2.765.010,8	251.513,9

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

No Diário Oficial da União do dia 15 de dezembro de 2009, foi publicada a Portaria STN nº 744, de 14 de dezembro de 2009, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2010, disponível no site www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais
Fone: (61) 3412-3116-Fax: (61) 3412-3026
Email: transferencias.stn@fazenda.gov.br